

INFORME

INFORMATIVO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS Nº 33 MARÇO/2007

CARTA

SOBRE A CRIAÇÃO DA SECRETARIA DO ENSINO SUPERIOR

DOCUMENTO APROVADO PELA CONGREGAÇÃO DA FFLCH EM 15/02/2007

Exige exame cuidadoso e debate aprofundado o ato do governador que cria, por decreto assinado no primeiro dia do ano, a Secretaria do Ensino Superior do Estado, a qual tem como primeiro item do seu “campo funcional” a “proposição de políticas e diretrizes para o ensino superior, em todos os seus níveis”. A iniciativa responde, em princípio, a uma questão real e importante. É clara a necessidade de aperfeiçoamento do sistema de ensino superior estadual. Para tanto, há disponível o cabedal de qualidade das universidades públicas paulistas, todas elas continuamente avaliadas por agências nacionais e internacionais, o que lhes propicia aprimoramento permanente. Suscita, no entanto, apreensão o modo como o decreto está formulado. Há razões para vê-lo estribado numa concepção que, na melhor das hipóteses, funda a criação de um órgão redundante e inócuo no que tange às universidades públicas, pois tudo o que propõe já é feito por elas com a vantagem de fazerem o essencial da sua missão, que ele ignora; ou então, pode representar uma tácita intervenção em instituições que pelo seu desempenho real fazem por merecer a autonomia e a capacidade de iniciativa que reclamam para si. Convém ter claro que esse cenário é independente das intenções dos criadores daquela Secretaria. Está inscrito nos termos do decreto que a institui como órgão permanente de governo, e só se atenuaria com medidas complementares que assegurassem à universidade pública a presença ativa não só nas políticas de en-

sino superior de qualidade com foco na sociedade como também nas de pesquisa básica e aplicada.

Com efeito, a criação desse órgão, que subordina a si o conjunto das universidades do Estado, envolve sérios riscos para a autonomia das universidades públicas tal como vinha sendo praticada até aqui. Isso ocorre por duas razões, a despeito da explícita declaração em contrário contida no documento. Em primeiro lugar, trabalha-se nele com uma concepção demasiado estreita de autonomia, restrita à dimensão administrativa e financeira e indiferente à especificidade da instituição a que se refere. Com efeito, a autonomia da universidade vai além dos organogramas, procedimentos e critérios de mérito. Ela constitui a garantia da sua condição como a única instituição com a capacidade e a missão de detectar questões no conjunto do mundo circundante e convertê-las em problemas de pesquisa e ensino, tudo isso associado à extensão das suas atividades próprias e dos seus resultados à sociedade. Não pode ela, pois, ter a sua pauta imposta externamente. Isto, além de lhe retirar sua autonomia legítima, lhe retiraria também o seu poder igualmente legítimo de ter iniciativa nas ações que lhe dizem respeito. Sem essa autonomia e do poder que lhe é inseparável ela, aí sim, perde sua específica conexão com a sociedade inclusiva e se esvazia como instituição.

Ora, é precisamente isso que o modo como foi criada a Secretaria do Ensino Superior do Estado suscita como possibilidade. É verdade que a razão dessa

criação não é clara no documento oficial, até porque na forma como foi publicado não contém nada semelhante a uma exposição de motivos. Em consequência, só nos resta buscar indicações dos seus fundamentos de modo indireto, em algumas referências nela contidas. Duas delas são decisivas. Em primeiro lugar, só se fala nele, sem exceção, de “ensino profissional”, sem deixar espaço para qualquer outra concepção de formação universitária. Depois, a referência à pesquisa se faz em termos altamente restritivos. As duas condições aparecem com clareza nas Disposições Finais do documento, nas quais são incorporados dispositivos do decreto de 2005, que reorganizava a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Fala-se, ali, em “promover ações voltadas para o desenvolvimento, a qualificação e a expansão do ensino profissional em todos os seus níveis, bem como a pesquisa científica e tecnológica, sob a ótica do desenvolvimento econômico sustentável e da inclusão social”. Mais adiante, o ensino profissional é condicionado ao atendimento das “necessidades da população e as demandas do mercado”. Tudo isso sugere uma política de formação universitária restrita ao adestramento profissional, como se as universidades fossem pensadas como instituições de ensino desvinculado da pesquisa; e, com relação a esta, a única referência específica é às suas “modalidades operacionais, objetivando os problemas da realidade nacional”. Omite-se, assim, a pesquisa básica, sem a qual o resto deixa de fazer sentido, pelo menos na perspectiva da universidade pública. No conjunto, este documento, se implementado nos termos que nele se anunciam, consagrará aquilo que a nova Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico sugere, ao trazer a si toda a área das instituições de pesquisa e a Fapesp: a saber, a separação entre ensino e pesquisa (a começar pela básica) cuja unidade as universidades públicas a duras penas vêm conseguindo manter. O cenário é de uma universidade esvaziada do

Sumário

CARTA

SOBRE A CRIAÇÃO DA SECRETARIA DO ENSINO SUPERIOR 1

HOMENAGENS

FILOSOFIA PERDE BENTO PRADO JR. 3

O FILÓSOFO E SUAS LÁGRIMAS 5

JEAN-PIERRE VERNANT 7

FERNANDO NOVAIS É NOMEADO
PROFESSOR EMÉRITO DA FFLCH 8

EVENTOS

AULA MAGNA ABORDOU QUESTÕES AMBIENTAIS 12

HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA NO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
É TEMA DA AULA INAUGURAL DO PROFESSOR MÁRIO DE BIASI 14

ARTIGO

POR QUE REPRESENTAÇÃO?
CÍCERO ARAUJO 15

IDADE DO CONHECIMENTO 18

O INFORME TRAZ UMA NOVA SEÇÃO EM 2007:
IDADE DO CONHECIMENTO 18

OS DESAFIOS DO ENVELHECIMENTO
JÚLIO ASSIS SIMÕES 18

ENTREVISTA

PROFESSOR MARCOS SILVA 20

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

BIBLIOTECA FLORESTAN FERNANDES 24

DOUTORADO 33

MESTRADOS 32

PRODUÇÃO DA FACULDADE 35

EXPEDIENTE



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITORA:

Profa. Dra. Suely Vilela

VICE-REITOR:

Prof. Dr. Franco Maria Lajolo



FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR:

Prof. Dr. Gabriel Cohn

VICE-DIRETORA

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitri

COMITÊ EDITORIAL DO INFORME: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitri (DTLLC), Prof. Dr. Gabriel Cohn (DCP), Prof. Dr. Pablo Ruben Mariconda (DF), Profa. Dra. Zilda Márcia Grícola Iokoi (DH), Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (DL), Prof. Dr. Flávio Wolf de Aguiar (DLCV) e Sra. Eliana Bento da S. A. Barros (AÇÃO) - Membro Assessor. **SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:** Eliana Bento da Silva Amatuzei Barros – MTb 35814. **COORDENAÇÃO:** Dorli Hiroko Yamaoka – MTb 35815, **PROJETO GRÁFICO:** Dorli Hiroko Yamaoka. **DIAGRAMAÇÃO:** Dorli Hiroko Yamaoka. **COLABORADORES:** Aline Vicente Miguel, e Mariana Pereira Lenharo. **REVISÃO:** Verônica Reis Cristo. **FOTOS:** Eusebio Gregorio Costa e Verônica Reis Cristo. **SERVIÇO DE ARTES GRÁFICAS:** João Fernando Querido Salvado. **IMPRESSÃO:** Gráfica – FFLCH/USP. **TIRAGEM:** 1500 exemplares.

seu conteúdo básico e subordinada a políticas científicas e tecnológicas às quais estará alheia; no limite, uma mera universidade de ensino profissional e pesquisa encomendada, mutilada nas áreas vitais da formação (de cidadãos e não só de mão-de-obra, conforme sua missão na origem) e da pesquisa básica.

Tudo isso sugere fortemente a presença, ainda que implícita, de uma concepção de trabalho acadêmico que, ao encontrar guarida em documento que dá forma a um órgão destinado a sobrepor-se às universidades, desperta justificada apreensão. Certamente as três instituições públicas de ensino e pesquisa do Estado saberão responder a isso, demonstrando aquilo que os que nelas trabalham conhecem muito bem e podem documentar. É que, longe de serem alheios e indiferentes às necessidades da sociedade e, muito longe de não produzirem

os conhecimentos de todo tipo que delas se esperam, elas o fazem. E o fazem em escala crescente e em alto nível de qualidade, até porque dispõem de meios internos para detectar e buscar corrigir as suas também muito reais insuficiências. Deixarão de fazê-lo se forem reduzidas a instituições de ensino profissional e com a pesquisa restrita àquela induzida por necessidades pontuais legítimas em princípio, porém insuficientes para preencher a missão e a capacidade da universidade pública. Considerando-se que a nova secretaria se volta estritamente para o ensino superior, impõe-se antes de mais nada evitar o risco de que inadvertidamente ela venha a contribuir para a reprodução nesse nível daquilo que ocorreu com a escola pública de ensino médio, cuja degradação institucional é um dos grandes desastres da nossa sociedade.

HOMENAGENS

FILOSOFIA PERDE BENTO PRADO JR.

POR MARIANA PEREIRA LENHARO

Lembrado pela inteligência excepcional, capacidade didática única, impagável bom humor e seriedade profissional invejável, Bento Prado de Almeida Ferraz Jr. deixa saudades. “Culto, elegante, irônico, livre, original, marcado pela fenomenologia, pela psicologia, pela literatura e pelas questões da psicanálise, o pensamento e a escrita de Bento Prado trouxeram uma outra maneira de filosofar”. Com essas palavras, Marilena de Souza Chauí definiu o professor que orientou sua dissertação de mestrado em 1966 – “Bento Prado foi meu mestre, sob todos os pontos de vista”.

Observando a história de vida do professor Bento Prado, nota-se a sua precocidade enquanto intelectual e militante. Em entrevista publicada no livro *Conversas com filósofos brasileiros*, ele conta que, quando entrou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1956, já trazia consigo uma bagagem cultural. Esta foi adquirida, por um lado, em sua própria casa – já que seu pai era professor, filólogo, estudioso de literatura e grande leitor de Pascal – e por outro lado, em

sua experiência como militante da Juventude Comunista, num primeiro momento, e da Juventude Socialista posteriormente. Ainda no ensino secundário, descobriu a fenomenologia através de Sartre. Aos 28 anos, já era professor livre-docente da Faculdade.

Sua trajetória intelectual seguia caminhos inesperados. O grande admirador de Sartre, para quem “o sartrismo era uma espécie de segundo senso comum”, resolve estudar na década de 60 o pensamento de Henri Bergson – filósofo que, apesar de ter influenciado o pensamento de Sartre, era considerado como seu antípoda. Bergson foi o tema de sua tese de livre-docência que, segundo a professora Marilena Chauí, “antecipa as mais importantes correntes da história da filosofia e da história das idéias francesas”.

Após obter o título de livre-docente, Bento Prado, mais uma vez, muda os rumos de suas pesquisas e passa a estudar Rousseau. O motivo da mudança, segundo ele, foi “a simpatia pelo autor, pela personagem e pela escrita” e também “causas ocasionais

e efeitos externos da moda”. Foram notáveis, também, seus estudos sobre psicologia e psicanálise que vieram em seguida. Seus últimos trabalhos foram voltados para o pensamento de Wittgenstein; segundo Marilena Chauí, eles “propuseram uma perspectiva de leitura que tornou rasas aquelas tidas como corretas e clássicas – deu um banho filosófico em Derrida, Rorty, os Nouveux Philosophes, Bertrand Russel e em muitos lógicos brasileiros”.

Enquanto Bento Prado ainda era aluno do curso de graduação em Filosofia, participou do famoso seminário sobre *O Capital*. Bento descreveu o seminário idealizado por José Arthur Giannotti em 1958 como uma experiência notável. Dele, participaram outros grandes intelectuais como Fernando Novais, Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz.

Apenas quatro anos após ter obtido o título de livre-docente na FFCL, em 1969 Bento Prado foi aposentado compulsoriamente pela ditadura militar na época em que era chefe do Departamento de Filosofia. A professora Marilena Chauí conta que ele “concordou com a proposta dos estudantes de gestão paritária, portanto, de quebra de hierarquias; estimulou os cursos livres e abertos, com discussões sobre marxismo, revolução socialista na América Latina, derrubada da ditadura militar”. Por esses motivos foi considerado subversivo e a isso se deve sua cassação que ocorreu simultaneamente às de outros 23 professores da Faculdade. Nos anos seguintes, Bento refugiou-se na França, onde realizou seus estudos sobre Rousseau.

A professora Walnice Nogueira Galvão conta que conheceu Bento quando ainda eram estudantes na Maria Antonia e a amizade, tanto com ele quanto com sua esposa Lúcia Prado, durou a vida inteira. Ela conta que o amigo tinha uma seriedade e uma competência profissional invejáveis – “realizava trabalhos finíssimos; no âmbito das produções acadêmicas, sempre esteve na primeira linha”. Segundo Walnice Galvão, ele era, além disso, muito engraçado e de uma inteligência aguda.

“Viajei várias vezes para ver os colegas e amigos no exílio. Conversava freqüentemente com Bento sobre a conveniência de fundarmos uma revista que acolhesse a produção de esquerda, sem alarde, para despistar a censura. Eu já tinha até editor, outro grande amigo, Caio Graco, da Brasiliense. Quando Bento regressou, pusemos mãos à obra. *Almanaque*

– *Cadernos de Literatura e Ensaio* teve 14 números, entre 1975 e 1981. Nós dois fomos os diretores, e o comitê de redação era de primeira, formado por gente jovem de Letras e de Filosofia, da USP e da Unicamp. Concebida nos piores anos da ditadura, a revista tinha por objetivo dar vazão ao pensamento de oposição. As reuniões, um pouco anárquicas, quando não começavam, iam acabar num bar. Divertíamos-nos e discutíamos com fervor: o nível de exigência era alto. A idéia é que o trabalho não fosse enfadonho, porque em matéria de cerceamento já bastava o que sofriamos sob a ditadura.”

Outra característica marcante de Bento Prado era a relação inovadora que ele propunha entre filosofia e literatura. Sobre ela, o professor Paulo Eduardo Arantes escreveu em *Um departamento francês de ultramar*: “Bento armara um sistema particular de vasos comunicantes entre esses dois compartimentos”, referindo-se à filosofia e à literatura. “Não creio estar exagerando se afirmar que a filosofia francuspiana começou de fato a escrever com Bento Prado Jr. e que simplesmente lhe devemos a invenção do ensaio filosófico paulistano.”

Seu apreço pela boa escrita também foi destacado pela professora Olgária Chain Féres Matos. Bento foi seu professor no curso de graduação em Filosofia e participou de sua banca de doutorado a respeito da Escola de Frankfurt. Ela conta que, além de fazer a análise de sua tese, ele ainda fez correções de estilo e de grafia: “ele não separava a filosofia da escrita”. O professor Reinaldo Furlan, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP-Ribeirão Preto, teve Bento como seu orientador de mestrado e reforçou essa característica afirmando que, do seu texto “importava-lhe a correção ortográfica ou de estilo”. Roberto Schwarz, em artigo para a Folha de S.Paulo, declara que “Bento escrevia admiravelmente e que a sua prosa se impunha – e se impõe – à primeira vista, por razões que, aliás, não são fáceis de explicar”.

Os ex-alunos de Bento Prado não poupam elogios à sua grande capacidade de ensino. “Ao invés de enfatizar o não saber do aluno, reforçando a distância que dele nos separava, conferia uma pertinência à pergunta que sabíamos que deveria ainda ser conquistada, mas que de alguma forma nos aproximava da reflexão filosófica.” – afirma Reinaldo Furlan. Marilena Chauí o descreve como “um professor excepcional pela cultura filosófica, pelas relações que nos ensinava a estabelecer entre os textos filosófi-

cos e a literatura, o cinema, o teatro”. Já Olgária Matos lembra-se de um curso sobre Spinoza que ela frequentou. Bento dava aulas à tarde e à noite sobre o mesmo tema. Pelo estilo e pela problemática do assunto, ele propunha uma inserção no texto, com rigor analítico e liberdade de interpretação. Ela afirma que o curso noturno era completamente diferente do curso da tarde. Via-se dessa maneira o desenvolvimento das idéias de Bento.

Além de sua didática excelente, o professor era conhecido por ter o dom de apaziguar situações tensas. Ele fazia isso com a ajuda de seu bom humor nato – “Bento era capaz de inscrever leveza e humor nas circunstâncias solenes ou mais formais da prática da filosofia”, diz o professor Reinaldo Furlan. A professora Olgária Matos recorda-se de que, para dirimir situações difíceis ele também se valia do recurso de “declamar, dramatizando belamente, passagens inteiras de Dante, Petrarca e John Donne” e de citar

trechos de clássicos da filosofia os quais ele sabia de cor. Esse hábito pode ser comprovado pela leitura de uma de suas entrevistas, na qual cita frases de Sartre, Rousseau, Wittgenstein, Merleau-Ponty, Heidegger, Antonio Candido, Einstein, entre outros pensadores.

Lecionava desde 1977 na Universidade Federal de São Carlos, onde participou da fundação do curso de pós-graduação e, posteriormente, de graduação em Filosofia. Em 1998, recebeu o título de Professor Emérito da FFLCH. Até o ano de 2005, Bento tinha orientandos de mestrado e doutorado nesta instituição.

Exímio frequentador de bares, Bento participava da boêmia intelectual paulista. Em 1992, publicou na Revista da Biblioteca Mário de Andrade o artigo *A Biblioteca e os bares na década de 50*. Nas palavras de Olgária Matos, Bento não era apenas um *scholar*; era, antes, um homem da cidade e “a filosofia é filha da cidade”.

O FILÓSOFO E SUAS LÁGRIMAS

VLADIMIR SAFATLE

“Desculpe-me pelas lágrimas, mas tudo isto é de cortar o coração”. Foi com estas palavras ditas por uma voz embargada que Bento Prado terminou, há muitos anos, uma de suas aulas para um pequeno grupo de pós-graduandos. Nós havíamos ouvido uma análise cuidadosa sobre o advento do discurso de primeira pessoa na filosofia que o levava a comentar as primeiras linhas de “Rosseau, juiz de Jean-Jacques”. Nesta hora, diante da escrita dilacerada de um filósofo que não conseguia mais se encontrar consigo mesmo, Bento Prado oferecia o silêncio e olhos lacrimejantes.

Para alguns de nós, estas lágrimas irão ressoar sempre. Pois, para quem havia aprendido filosofia através da exortação ininterrupta ao rigor e à desafeção, descobrir que havia idéias que tinham a força aterradora de nos fazer chorar era como confrontar-se com um campo até então estranho no qual pensamento e vida não pareciam mais andar em separado. Um campo diante do qual nossos esquemas não cessavam de desabar. Depois de Bento Prado, nunca mais ninguém teve a coragem de nos levar até lá.

Responsável pela formação de várias gerações de pesquisadores em filosofia desde os anos sessenta, Bento Prado foi afastado da Universidade de São

Paulo pela ditadura militar, quando encontrou acolhida com pesquisador do CNRS-Paris. Retornando ao Brasil, passou pela PUC, fundou o departamento de filosofia da UFSCar e foi professor-emérito da USP. Os que, no interior desta longa trajetória, foram seus alunos sabem que, quando escrevermos o livro da história da vida intelectual nacional dos últimos quarenta anos, certamente encontraremos um capítulo dedicado a um professor de filosofia que teimava em colocar seus alunos diante de uma certa modalidade de resistência à reflexão do conceito, de um certo limite à própria prosa da filosofia; isto para mostrar como, longe de representar uma fraqueza da filosofia, este reconhecimento das coisas que resistem era sua ironia suprema. Maneira de aprender a rir da filosofia através da filosofia.

Sua forma de escrever, privilegiando o caráter zigzagueante do ensaio à sistematicidade das grandes dissertações, sua indiferença soberana em relação às fronteiras intelectuais, indiferença que lhe permitia operar no ponto de interseção entre filosofia, literatura, psicanálise, estética: em todos estes aspectos encontrávamos a ironia de quem gostava de repetir a frase de Whitehead “Os limites da natureza

estão sempre em farrapos”. E se tem algo que Bento Prado nos ensinou foi como era possível fazer filosofia a partir daquilo que aparece à experiência contemporânea na condição de “farrapos”: material descontínuo e aparentemente irreduzível à costura da reflexão. Desta forma, o que estava em gestação no interior de sua experiência intelectual era uma reflexão de larga escala a respeito de uma racionalidade capaz de se livrar do esquema rígido da norma e do sistema para repensar seus procedimentos e seus modos de escrita a partir do que aparece inicialmente como opaco aos procedimentos conceituais.

A este respeito, lembremos por que um dos eixos do pensamento de Bento Prado foi por ele mesmo definido como sendo a reflexão sobre: “o lugar do sujeito, ou melhor, o problema da ipseidade e de suas formas de expressão”¹. Contrariamente a uma tendência hegemônica na filosofia da segunda metade do século XX, não se tratava de compreender a categoria de sujeito como um mero entulho metafísico ou como um resquício de aspirações fundacionistas. Nem discurso sobre a morte do sujeito de matizes pós-estruturalistas, nem redução materialista da consciência própria às correntes majoritárias da filosofia da mente, nem filosofia neo-pragmática da intersubjetividade para a qual a irreduzibilidade ontológica do lugar do sujeito é algo próximo de um *pathos* romântico. Em várias ocasiões, Bento Prado criticou cada uma destas correntes que atualmente organizam o debate das três grandes tradições da filosofia ocidental: a francesa, a anglo-saxã e a alemã.

No entanto, nas mãos de Bento Prado, o lugar do sujeito transformou-se em um lugar que não responde mais às coordenadas habituais. Longe de ser o solo da transparência e da auto-identidade, tal lugar aparece como des-idêntico, clivado. Pois desde sua tese sobre Bergson, ficava claro que a verdadeira preocupação de Bento Prado consistia em perguntar-se sobre o que pode ser uma subjetividade capaz de descobrir o impessoal e o irreduzivelmente Outro como seu solo gerador. Ou seja, contrariando uma longa tradição moderna, tratava-se de desvincular sujeito e *locus* da identidade, isto através de uma reflexão sobre a alteridade anônima que precede toda constituição da subjetividade, mas com a qual ela deve sempre se defrontar (um “dever” que

não deixa de ressoar exigências éticas). Era tendo tal estratégia em mente que Bento Prado aproximou-se posteriormente de maneira tão insidiosa e produtiva de temáticas maiores da psicanálise e da estética contemporânea, duas experiências intelectuais marcadas pela consciência da irrupção violenta do heterogêneo no próprio cerne das relações de si a si mesmo. Aproximações que renderam a inauguração, entre nós, de gêneros de reflexão como a filosofia da literatura e a filosofia da psicanálise.

Só por esta maneira astuta de atualizar a reflexão sobre o conceito de sujeito, Bento Prado já merecia ser, entre nós, objeto de leitura atenta e sistemática. Pois esta sua estratégia lhe permitia construir operações intelectuais surpreendentes como, por exemplo, recorrer a um filósofo para quem “sujeito” é um conceito claramente supérfluo (Deleuze) a fim de reconstruir uma teoria complexa da subjetividade. Mas Bento Prado queria mais. Tratava-se principalmente de, a partir daí, introduzir “um mínimo de negatividade”² na segurança moral-ideológica de vários setores do discurso filosófico contemporâneo. Pois ele sabia que modificações nas estruturas elementares de determinação da subjetividade implicam em reorientações gerais das expectativas da razão.

Neste sentido, não era questão de procurar suspender os vínculos fundamentais entre sujeito e razão, estratégia maior na segunda metade do século XX. Ao contrário, tratava-se de insistir no fato de um conceito renovado de sujeito nos levar necessariamente a re-compreender o que significa agir e julgar racionalmente, já que ele nos obriga a abandonar idéias reguladoras fundamentais para a constituição da noção de “reflexão” como transparência, proximidade. Dissolvido o vínculo entre identidade e sujeito, ou seja, salientado o fato da auto-reflexão sobre si mesmo não fornecer mais nenhuma certeza de auto-identidade, não seria mais possível pensar o julgamento racional através de um pensar identificador que hipostasia aplicações categoriais e determinações de critérios normativos *a priori* ou que procura fundar a razão no solo não-problemático do senso comum acessível apenas àqueles não acometidos pelas “patologias” de um pensar incapaz de encontrar algo *dado*. Daí porque uma das estratégias críticas maiores de Bento Prado consistia em se perguntar sobre a estru-

¹ PRADO JR., Erro, ilusão, loucura, Editora 34, São Paulo, 2004, p. 11

² idem, p. 14

tura da subjetividade pressuposta por posições filosóficas que procuravam salvar alguma forma de universalidade normativa. Através deste questionamento, tratava-se de “desconstruir” (o termo aqui não é gratuito) a “normalidade” historicamente determinada do homem do senso comum³, a “normalidade” do indivíduo frankfurtiano capaz de esvaziar a irredutibilidade da noção freudiana de inconsciente à auto-reflexão⁴ e, por fim, a “normalidade” do *vernünftige Mensch* com sua *humanitas mínima de facto*⁵. Tais desconstruções da normalidade eram, na verdade, operações iniciais de um redimensionamento do campo da experiência, já que o abandono do horizonte normativo nos leva ao reconhecimento da: “incontornável ambigüidade da experiência e a anarquia discursiva que ela abre”⁶.

Com esta defesa da incontornável ambigüidade da experiência e de sua anarquia discursiva, pode parecer que entramos em alguma profissão de fé irracionalista. Mas, no fundo, tratava-se apenas de um passo necessário para um pensamento que insistia na necessidade de reconfigurar padrões de racionalidade a partir do momento em que nos livramos de um conceito normativo e “pedagógico” de sujeito como unidade sintética.

Um certo dia, Gyorg Lukács resolveu ironizar os filósofos da Escola de Frankfurt, em especial Theodor Adorno. Seu pretoso negativismo em relação ao curso do mundo, sua ânsia em descrever os impasses da razão sem aparentemente fornecer esquemas práticos de engajamento, exasperava Lukács ao ponto deste afirmar que os frankfurtianos viviam no Grand Hotel *Abgrund* (Grande Hotel Abismo). Como quem fica na sacada dos últimos resquícios da civilização letrada observando impassivelmente a queda no abismo. Lukács, no entanto, não percebeu que ele acabara por fornecer involuntariamente uma bela definição desta exigência fundamental da filosofia, ao menos para Bento Prado: a exigência de confrontar-se com o caos, confrontar-se com o que aparece a um certo conceito de razão como *Abgrund*, e sentir-se bem. Pois este sentimento nasce da certeza de que não devemos ter medo de ir lá onde não encontramos mais as luzes projetadas por nossa própria imagem. Era para lá que a experiência intelectual de Bento Prado apontava. Mas a morte o levou no momento em que ele finalizava os livros que dariam conta deste projeto, uma morte nos deixa apenas com as lembranças da força formadora de suas lágrimas e com a presença insistente das nossas.

³ Ver Por que rir da filosofia? In: Alguns Ensaios, Paz e Terra, São Paulo, 2000

⁴ Ver SAFATLE, Auto-reflexão ou repetição: Bento Prado e a crítica ao recurso frankfurtiano à psicanálise In: Revista Agora, UFRJ, 2004

⁵ PRADO Jr., Erro, ilusão, loucura, op;cit.

⁶ PRADO Jr., Alguns ensaios, op. cit., p. 96

JEAN-PIERRE VERNANT

PROF. DR. J. C. ESTEVÃO - DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

O professor Jean-Pierre Vernant faleceu em 9 de janeiro de 2007, aos 93 anos.

Vernant foi responsável por uma modificação significativa em nossa compreensão das origens do pensamento grego, substituindo o mito do “milagre grego” pela análise concreta das condições históricas que deram nascimento à filosofia. Nascimento associado ao da Cidade grega, em particular da democracia, este regime em que, diz ele, o poder está “no centro”, equidistante de todos, de modo que, ao contrário de qualquer outra formação histórica, torna necessário o recurso à razão para fazer valer uma determinada posição. Do mesmo modo que a Cidade grega já não se subordina à autoridade do déspo-

ta, que dá ordens, sem necessidade de argumentar, o filósofo não se contenta com a autoridade tradicional e divina do mito. A compreensão das modificações históricas que propiciaram o surgimento da Cidade, por sua vez, exige a análise da especificidade grega, da radical novidade do regime de escravidão até, no limite, a consideração do tipo particular de produção de ferro. Um programa assumidamente “materialista”, chamado por Vernant de “psicologia histórica”, que soube se manter ao largo da vulgaridade e que se estende pela longa produção de dezenas de livros, muitas vezes regida pela análise do mito: “Mito e Pensamento”, “Mito e Trabalho”, “Mito e Sociedade”, “Mito e Tragédia” etc. Ou me-

lhora, *Entre mito e política*, como no título de sua “auto-biografia” (publicada em 1996 e traduzida pela Edusp em 2001), na realidade, um extraordinário “memorial” de sua vida acadêmica e política.

Vernant, o historiador erudito, também foi, o “Coronel Berthier” da Resistência francesa ao nazismo e, depois da Guerra, militou no Partido Comunista até 1969. Sem nunca deixar de ser *résistant*. Ainda em 2002, forneceu ao editorial do jornal francês *Le Monde* o argumento definitivo contra a idéia de um debate entre os dois candidatos de então ao segundo turno das eleições presidenciais, Jacques Chirac e Jean-Marie Le Pen, o representante da extrema-direita: “minha porta e minha mesa, dizia ele, estão sempre abertas, estou pronto a experimentar todos os pratos, mesmos os mais estranhos. Mas não se discute receita de cozinha com antropófagos. Não pretendo nem participar de seu repasto nem convidá-los para a minha mesa...”.

Em 1971, o prof. Jean-Pierre Vernant ministrou um curso semestral no Departamento de Filosofia

da FFLCH-USP. Uma experiência inestimável e inesquecível para os jovens estudantes que tiveram o privilégio de ouvi-lo. E de vê-lo, na sua impecável e discreta compostura professoral, mesmo sob calor insuportável dos “Barracões”.

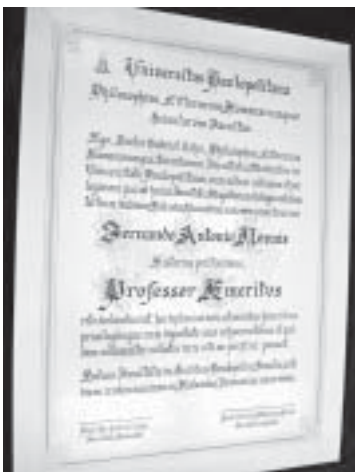
Também aqui o rigor da formação não se desvinculava da ação política. No começo dos anos 70, depois que a Ditadura Militar cassou e exilou tantos dos nossos professores, o Depto. de Filosofia estava ameaçado de extinção porque “não tinha o número necessário de professores”... Para impedir que isto acontecesse, alguns professores de outros departamentos da Faculdade se transferiram para o de Filosofia. Foi quando Jean-Pierre Vernant e François Châtelet se prontificaram a lecionar aqui, dando a necessária visibilidade internacional à situação do Departamento. À constante influência intelectual, somou-se a presença solidária quando mais se fez necessária.

A morte de Jean-Pierre Vernant nos privou de um mestre e de um amigo da casa.

EVENTOS

FERNANDO NOVAIS É NOMEADO PROFESSOR EMÉRITO DA FFLCH

POR ALINE VICENTE MIGUEL



“É preciso manter a utopia, insistir em ser agente da história”. Essa foi a grande mensagem deixada pelo mais recente Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Fernando Antonio Novais, frase que fez parte do seu discurso, durante a cerimônia de outorga do título. O evento, que ocorreu no último dia 14 de dezembro no Salão Nobre da Faculdade, reuniu diversos professores e colegas do homenageado. Entre eles, os Professores Eméritos Antonio Candido de Mello e Souza e José Arthur Giannotti.

Trajetória

Fernando Antonio Novais nasceu em 1933, na cidade de Guararema, interior de São Paulo. Graduou-se em História pela USP em 1956, ano em que se tornou

professor da Universidade. Em 1961, passou a trabalhar como assistente do professor Eduardo d'Oliveira França, na cadeira de História Moderna.

Sua tese de doutoramento, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, defendida em 1973 e publicada em 1979 é considerada um clássico da historiografia brasileira. A obra lançou as bases para uma nova compreensão do período, orientando investigações futuras.

No final da década de 1950 e início da de 1960, Novais integrou o grupo que organizou o chamado "Seminário Marx", que reuniu intelectuais ilustres, como José Arthur Giannotti, Bento Prado Júnior, Roberto Schwarz, Fernando Henrique Cardoso e Paul Singer.

Em 1986, aposentou-se da USP e passou a lecionar no Instituto de Economia da Unicamp, até 2003. Apesar disso, continuou atuando nos Programas de Pós-Graduação em História da FFLCH.

Novais foi organizador geral da coleção em quatro volumes *História da Vida Privada no Brasil*, cujo primeiro volume foi publicado em 1997. Em 2005, publicou o livro *Aproximações: Estudos de História e Historiografia*, que reúne seus mais importantes ensaios, artigos e entrevistas.

Sua experiência como docente vai muito além das aulas ministradas na USP e na Unicamp. Novais participou de debates e seminários em outras universidades, como nas prestigiosas universidades de Columbia e da Califórnia e ministrou cursos na França, no Instituto de Estudos da América Latina, ligado à Universidade de Paris, na Bélgica, na Universidade de Louvain, e em Portugal, nas Universidades de Coimbra e de Lisboa. Também foi professor visitante da Universidade do Texas em 1978 e em 1988.

Homenagem

A cerimônia de outorga do título de Professor Emérito ao professor Fernando Novais foi iniciada com as palavras da funcionária Rosângela Duarte Vicente, que chamou os componentes da mesa: professor Gabriel Cohn, Diretor da Faculdade; professora Sandra Margarida Nitrini, Vice-diretora; professor Sedi Hirano, Pró-reitor de Cultura e Extensão Universitária; professor Pedro Luiz Puntoni, do Departamento de História; professora Maria Helena Rolim Capelato, Chefe do Departamento de

História e José Clóvis de Medeiros Lima, Assistente Acadêmico.

Inicialmente, o professor Gabriel Cohn abriu a sessão e convidou os professores José Arthur Giannotti e Laura de Melo e Souza a acompanharem o homenageado até o recinto.

Em seguida, falou o professor Sedi Hirano, que foi aluno de Novais no curso de Ciências Sociais nos anos de 1963 e 1964. Ele destacou que não iria tratar da obra do homenageado, tampouco das inúmeras conferências e congressos dos quais Novais participou. Ao invés disso, Sedi falou sobre o professor Fernando Novais em 1963: um belo e grande professor, nas suas palavras. "O que me vem à memória é a beleza de seu conteúdo, seu refinamento teórico e metodológico e a sua busca do sentido da história", afirmou. O Pró-reitor ressaltou que Novais procurava compreender a história a partir de várias perspectivas, visão que orientava suas aulas.

Na seqüência, José Clóvis fez a leitura do termo oficial de outorga do título e explicou que a Congregação da FFLCH, em sessão de 20 de outubro de 2005, "considerando os elevados méritos do docente e os relevantes serviços prestados pelo professor doutor Fernando Antonio Novais, resolveu outorgar-lhe o título de Professor Emérito desta Faculdade". Desse modo, todos os componentes da mesa assinaram o termo.

A saudação ao homenageado ficou sob a responsabilidade do professor Pedro Luiz Puntoni, que apresentou um relato sobre as obras e a trajetória de seu ex-professor, mestre e amigo. Em seu discurso, Puntoni ressaltou a importância da titulação emérita. "Mais do que a concessão de uma dignidade, considerá-lo Professor Emérito desta Faculdade significa colocá-lo simbolicamente entre aqueles que temos por mais altos na nossa comunidade", afirmou. E explicou que esse título não corresponde a nenhuma etapa da carreira funcional de um docente. "É uma honraria excepcional concedida aos professores já aposentados que contribuíram de forma extraordinária para a nossa comunidade – contribuíram de forma extraordinária para as atividades fins que nos justificam", disse.

Após relatar brevemente a trajetória educacional de Novais (aquele para quem, nas palavras de Puntoni, a história transformou-se em uma dedicação para a vida), Pedro ressaltou a importância da tese de doutorado do homenageado. "De forma ins-

pirada e inovadora, Fernando Novais propôs uma análise do processo de formação da sociedade brasileira, buscando compreender os mecanismos da crise do Antigo Sistema Colonial”, afirmou.

Já sobre *Aproximações: Estudos de História e Historiografia*, o professor explicou que a obra é resultado de um pedido dos alunos de Novais que, reunidos em sua homenagem no ano de 2003, discutiam com o mestre a necessidade de tornar mais acessíveis artigos e textos tão importantes. “Este livro é uma lição de método. A história, para Fernando Novais, não se faz com certezas, com afirmações pretensamente categóricas. Nas suas palavras, muito ao contrário, ‘em história não pode haver nunca a obra definitiva; tudo a que podemos aspirar são aproximações’”, destacou Puntoni.

Ao final de seu relato, ele lembrou-se da época em que Novais era seu professor. “Quando ele chegava, sempre cordial, nos apresentava sucintamente o que seria a aula. E era *a aula*. Fernando na sala de aula era algo que nos empolgava. E ainda empolga, porque, como se sabe, o professor se recusa a abandonar seus novos e antigos alunos”. E finalizou dizendo que o título não significa apenas um reconhecimento daquilo que Novais já deu ao Departamento e à FFLCH, mas também pelo que ele ainda dará.

Após a entrega do diploma alusivo ao título, foi a vez do homenageado discursar. Novais iniciou sua fala dizendo sobre a sua dificuldade e, ao mesmo tempo, sobre a sua necessidade de se justificar com a Congregação. “A titulação emérita significa, para mim, que a Faculdade não vê como uma dívida o fato de eu não ter completado minha carreira docente. Isso significa muito para mim, mas não significa que eu deixe de sentir que é uma dívida. A dívida não era só com a Faculdade, mas era também com o professor França, que fez uma aposta em mim. E era, sobretudo, uma dívida comigo mesmo”, afirmou.

Depois, Novais explicou sobre a sua dificuldade em discursar em eventos como aquele. “É impossí-

vel falar em uma sessão como essa sem falar de sua trajetória, sem fazer um pouco de memória. Não gosto dessas falas memorialísticas porque sou obrigado a falar das coisas que eu não fiz”, afirmou. Ele ressaltou, entretanto, que o fato de entristecer-se pelas coisas que não fez não é falsa modéstia. “É que eu gosto muito daquilo que eu ainda quero fazer”, confessou.

Na sua opinião, essa certa melancolia que o atravessa quando ele fala sobre a sua trajetória não está relacionada apenas ao que ele não realizou ou o que irá realizar, mas também à profissão de historiador. “Fazer memória é sempre difícil, particularmente para o historiador. São raros os historiadores que escrevem autobiografias. É preciso ter a coragem de Garcia Marquez, ao dizer que a vida que conta não é a que vivemos. É a de que nos lembramos para poder contar”, disse.

No entanto, ele explicou um motivo maior para a melancolia (que ele faz questão de diferenciar de pessimismo): o tempo atual em que vivemos. “O fim do século XIX e o início do XX foi chamado de *Belle Époque*. Como será chamado o fim do século XX e o início do XXI? Provavelmente, o fim da utopia”, declarou. Para ele, a tragédia dessa constatação está no fato de que um mundo sem utopias significa um mundo sem apostas, sem referência aos valores.

Segundo Novais, seu percurso está muito ligado a essa crise que explode na passagem do século. “Para o historiador, o fim da utopia significa um motivo a mais: a história sempre visa a reconstrução da vida no discurso, o que é uma utopia. Sendo assim, o fim da utopia é, também, a crise da possibilidade da história como discurso”, constatou. No final, o professor deixou uma mensagem aos presentes: a de que é preciso manter a utopia, insistindo em ser agente da história e romper com a resignação dominante.

A sessão foi encerrada pelo professor Gabriel Cohn, que retomou o discurso de cada um dos participantes e desejou aos presentes uma “feliz e contínua reflexão” sobre as palavras que ouviram.





AULA MAGNA ABORDOU QUESTÕES AMBIENTAIS

MINISTRADA PELO PROFESSOR JOSÉ BUENO CONTI, AULA TEVE O TÍTULO: *A FACULDADE DE FILOSOFIA, AS HUMANIDADES BÁSICAS E SEU PAPEL NO DEBATE DAS QUESTÕES AMBIENTAIS*
POR MARIANA PEREIRA LENHARO

Desde a sua fundação, em 1934, a Faculdade de Filosofia tem o papel de oferecer uma formação humanística básica para os estudantes da Universidade de São Paulo. Essa função, que a distingue de todas as outras escolas que compõem a Universidade foi um dos assuntos abordados pelo professor José Bueno Conti na Aula Magna que ele ministrou no dia 26 de fevereiro. Para Conti, essa base humanística é essencial para a formação de profissionais que vão estudar as questões ambientais, tão importantes na atualidade.

Logo no início de sua fala, Conti declarou estar muito emocionado por ter sido escolhido “entre tantos professores brilhantes da Faculdade” para dar a Aula Magna de 2007. Professor do Departamento de Geografia da USP desde 1964, ele afirma que é testemunha ocular de mais da metade da história da Faculdade de Filosofia, onde entrou como aluno em 1955. Naquela época, a chamada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras englobava também cursos como matemática, química, física e história natural. Em 1969, esses cursos formaram institutos independentes, enquanto os cursos de letras, ciências sociais, filosofia, história e geografia passaram a constituir a atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Nascida com o intuito de criar um “espírito universitário abrangente” e promover a “integração de todo o saber humano” – nas palavras do professor Conti – a Faculdade de Filosofia mostrou-se também importante para o desenvolvimento dos estudos da natureza. O curso de geografia, por exemplo, sempre se preocupou com esse assunto, já que seu objeto de estudo é a relação entre o homem e a natureza.

Em entrevista ao Informe, o professor Conti afirma que esse viés ambientalista do curso de geografia estimulou seu interesse pelo estudo das questões relativas à natureza; além disso, para investigar a natureza é necessário que o estudioso tenha uma base cultural sólida. A ecologia é objeto de um estudo interdisciplinar: geógrafos, geólogos, sociólogos, economistas e tantos outros profissionais trabalham juntos na análise da relação entre o homem e a natureza.

O meio ambiente está especialmente em pauta na atualidade – no início de fevereiro foi divulgado um relatório do IPCC (Painel Intergovernamental

sobre as Mudanças Climáticas) que afirma que há 90% de probabilidade de o aquecimento global estar sendo provocado por atividades antrópicas. Conti afirma que o aquecimento planetário não é nenhuma novidade, já que a temperatura média do planeta varia naturalmente há bilhões de anos. A novidade é que o aquecimento recente, que vem ocorrendo a partir do início da Era Industrial, está sendo provocado pelo aumento da emissão dos chamados gases de efeito estufa. Esses gases são emitidos por causa da queima de combustíveis fósseis resultantes das atividades industriais e bloqueiam a radiação de onda longa, que é o calor emitido a partir do planeta. A divulgação do relatório provocou ampla repercussão. Sobre a cobertura jornalística dos assuntos ambientais, Conti avalia que a mídia é, muitas vezes, alarmista e lembra que “é preciso não exagerar no aspecto catastrofista”.

Medidas como o Protocolo de Quioto, segundo artigo da edição de outubro de 2003 da revista *Nature*, resultará numa redução de apenas 0,02°C no processo de aquecimento global até o ano de 2050. Apesar da inexpressividade dessa redução, Conti afirma que o Protocolo está em sintonia com as conclusões do IPCC e é eficiente no sentido de despertar a consciência internacional sobre importância de se cuidar da natureza e diminuir a emissão dos gases de efeito estufa.

Na Aula Magna do dia 26 de fevereiro, José Conti transmitiu para os alunos ingressantes a idéia de que na Faculdade de Filosofia desenvolve-se um “conhecimento de caráter geral e abrangente” e estimulou que eles levassem em frente esse perfil com o qual foi criada a Faculdade. Ele citou exemplos inspiradores de intelectuais que integraram diferentes disciplinas em seus trabalhos de pesquisa, como Antonio Candido de Mello e Souza, professor emérito, sociólogo e crítico literário, cuja tese de doutorado – *Parceiros do Rio Bonito* – é um modelo nesse sentido, apresentando uma interpretação muito bem feita da natureza. O outro professor citado foi Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, também professor emérito, que fez sua carreira como geógrafo, mas agora se dedica a estudar a importância da natureza na criação literária. Mostra exem-

plos em Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Graça Aranha e outros, dando especial realce aos romances de João Guimarães Rosa “Corpo de Baile” e “Grande Sertão: Veredas”. Tudo isso está em seu livro “O mapa e a trama – ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas”.

Em suas palavras finais, José Bueno Conti, que aos 70 anos já está se aposentando da Faculdade, declara que a vida foi muito generosa com ele por

permitir que ele se tornasse professor. Antes de se despedir, porém, cantou um trecho do bem humorado hino da Faculdade de Filosofia, composto por alunos da sua época, a pedido do público, que o aplaudiu longamente após a cerimônia: “Somos da Filosofia/Da História e Geografia/E nas nossas horas vagas/Também somos da folia/A todos nós convidamos/Para a nossa escola entrar/Ganharão muita cultura/Mas terão que estudar...”.



HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA NO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA É TEMA DA AULA INAUGURAL DO PROFESSOR MÁRIO DE BIASI

POR MARIANA PEREIRA LENHARO

Com o título “Do analógico ao digital”, a aula proferida pelo Prof. Mário De Biasi lotou o anfiteatro da Geografia no dia 5 de março. O público composto por alunos ingressantes no curso, veteranos e por vários professores do curso, ficou atento ao depoimento durante a exposição.

Formado em 1963 e contratado em dezembro de 1964 como instrutor da disciplina de Cartografia e Elementos de Aerofotogrametria, junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ministrou sua primeira aula em 1967, quando o Prof. Charles Octave André Libault, responsável pela disciplina, que ele define como mestre, o designou para a tarefa. O professor confessa que, quarenta anos mais tarde, estava ainda mais nervoso diante da numerosa platéia. Isso por que ele se sentia no dever de transmitir um recado a esses alunos: o de que o conhecimento se constrói com muito esforço, leitura e dedicação, que se fazem ainda mais necessários hoje em dia devido à grande concorrência que eles enfrentarão.

Recordando os primórdios do Departamento de Geografia da FFLC da USP, Mário De Biasi conta que sempre houve a preocupação em trazer para a Faculdade renomados professores de outros países – “vários mestres vieram para cá com o intuito de que este Departamento fosse reconhecido nacional e internacionalmente”.

Até o ano de 1947, no currículo de Geografia não havia a disciplina de Cartografia no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Naquela época, surgiu o interesse em desenvolver com maior intensidade a aplicabilidade de técnicas cartográficas mais precisas nos trabalhos geográficos. Por iniciativa do Prof. Aroldo de Azevedo, Diretor do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, foi contratado como professor o agrimensor e cartógrafo João Soukup do Exército Austro-Hungaro, que havia migrado pra o Brasil logo após a Primeira Guerra Mundial e que trabalhava como agrimensor junto à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado de São Paulo, subordinada à Secretaria da Justiça e no ano de 1943, foi convidado para lecionar na Faculdade

de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientac” da Universidade Católica de São Paulo. Na época, não utilizava da tecnologia de hoje em auxílio à Cartografia, tudo era feito “na unha”, poucos eram os instrumentos de desenho em apoio aos trabalhos de Cartografia, era o período analógico. Suas aulas eram ilustradas por painéis confeccionados e desenhados por ele mesmo. Por questões de ordem administrativa, Soukup teve que parar de dar aulas no Departamento de Geografia da USP.

No ano de 1965, veio da França o Prof. Charles Octave André Libault, Engenheiro, Estatístico e Geógrafo da Sorbonne do Institute Geographique Nationale para lecionar as disciplinas da área de Cartografia do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Segundo Mário De Biasi, começa então, uma nova fase na Cartografia em São Paulo que se espalha pelo Brasil. Além de atrair e motivar alunos do Curso de Geografia, Libault conseguiu chamar a atenção de profissionais de fora da USP – era comum que profissionais de empresas viessem assistir aos cursos ministrados pelo mestre.

Contrariando a postura de alguns catedráticos da época, Libault defendia que, para muitos dos estudos da geografia, era importante ter o conhecimento da matemática e dos métodos estatísticos. “Nos sete anos em que permaneceu no departamento, ele o dinamizou chegando a montar um ateliê de cartografia que fazia desde a coleta de dados, tratamento estatístico, desenho, fotografia até a impressão dos mapas” - afirma o professor Mário De Biasi. Por causa disso, formou-se uma geração de jovens geógrafos que tinham forte interesse em cartografia.

Mário De Biasi conta que, ao longo da história, o fim da cartografia tradicional foi decretada várias vezes, tendo em vista o avanço das novas tecnologias, porém nunca se efetivou. Essa suposição surgiu, por exemplo, quando um fotógrafo russo de nome Nadar, tirou fotografias aéreas a partir de um balão livre dos arredores de Paris e às comparou com as cartas existentes constatando que havia uma grande coincidência entre elas, mas esclarece que, enquanto que

um mapa ou uma carta é uma perspectiva cilíndrica (ortogonal) a fotografia aérea é uma perceptiva cônica (os pontos são deslocados para as bordas da foto), havendo a necessidade de torna-la octogonal (restituí-la) , portanto, uma foto não substitui um mapa ou carta, a não ser que ela sofra alterações técnicas.

A partir da segunda metade da década de sessenta,

por meio dos conhecimentos transmitidos pelo Prof. Libault tem o início de um novo período, começou a se falar em Informática, automatização da cartografia, sensoriamento remoto, modelagem cartográfica entre outros assuntos. Mário De Biasi conta que a nova geração de professores do Departamento de Geografia já está totalmente inserida na tecnologia digital.



ARTIGO

POR QUE REPRESENTAÇÃO?

CICERO ARAUJO

Num sentido amplo, a representação está no cerne de todo ato político: não há política sem representação. Fala-se assim, de chofre, para deixar claro que não se pretende ficar com o senso muito restrito que o termo “representar” adquiriu no jargão contempo-

râneo – isto é, como política parlamentar e política de partidos. É comum hoje em dia confundir a crítica da representação com a crítica a uma certa forma de governar. E com isso se perde muito da relevância da representação em toda ação política.

Para ficar num exemplo notável: a oposição que se costuma fazer entre “participação” e “representação”. Como se uma coisa não envolvesse necessariamente a outra. Porém, essa oposição não é neutra: ela pretende frisar uma suposta superioridade moral de uma sobre a outra. Colocado dessa forma, quem não iria preferir a primeira? Mas a questão não é tão simples assim.

De alguma forma, essa simplificação é reforçada pelo que se poderia chamar de “defesa envergonhada” da democracia representativa, que a trata como uma versão possível, realista, da democracia ideal, dadas as condições modernas. A democracia ideal, a verdadeira democracia, seria a “democracia direta” – supostamente praticada pelos antigos gregos –, que então aparece como um contraponto à sua versão menos que ótima, a representativa. Mas que condições modernas teriam travado a democracia direta? Geralmente, duas delas são destacadas: a condição da escala e a da complexidade social. A estória é mais ou menos assim. Primeiro, quando passamos da dimensão das antigas cidades-estados para a dos Estados nacionais modernos, com território e população imensamente maiores, já não é mais possível que todos “participem”; então tornou-se necessário, quando a democracia voltou a ser um objetivo de governo, delegar a participação para certos “procuradores” dos cidadãos, autorizados a falar (e decidir) por eles através de um procedimento específico, a eleição. Segundo, graças a um significado evolucionista que a palavra “modernidade” adquiriu, algo que devemos em parte a certa tendência da sociologia clássica, as sociedades modernas passaram a ser compreendidas como mais “complexas” do que as da Grécia Antiga (os antropólogos seguramente teriam algo a dizer sobre isso...). Entre outras coisas, sociedades complexas estão presas ao imperativo da divisão social do trabalho, e a representação nada mais seria do que uma consequência disso no âmbito do exercício do poder político. Em suma, a participação, isto é, a política democrática sem representação, só seria possível em comunidades pequenas, onde todos os membros mais ou menos se conhecem pessoalmente e mantêm uma interação face-a-face, e os problemas da organização social são relativamente simples, acces-

síveis a todos os participantes.

Por certo, a generalidade, ou mesmo a verdade, dessas afirmações poderia ser colocada em questão. Mas não é o que se trata neste espaço. O problema é o uso estreito que nelas se faz da idéia de representação, como se fosse um recurso dispensável da política: não houvesse o Estado-nação moderno, não houvesse as transformações subseqüentes – as mudanças sociais introduzidas pelo capitalismo, por exemplo – ainda poderíamos praticar a democracia dos gregos, a da autêntica participação. Note-se a implicação normativa disso: a representação é um desvio da boa política, mesmo que admitida como um desvio inevitável, de qualquer forma uma concessão que a virtude faz ao vício. E a recomendação implícita, de que, sempre quando possível, é melhor fazer política, e participar da política, sem representação.

Na verdade, o exame crítico dessas suposições vai além das questões históricas e de senso de realidade, e da confusão entre representação e certos fatos da política como os parlamentos e os partidos, criaturas tidas como apropriadas às novas condições, que os antigos certamente desconheciam. Num nível mais fundo, aí está a idéia de que a autêntica política democrática se faz com a presença imediata de cada cidadão nos fóruns decisórios. Sempre que ela é mediada por outro, sempre que algo ou alguém se interpõe entre o simples cidadão e o restante da comunidade, ocorre uma perda de substância ou valor da democracia. Como representar é tornar presente o ausente através da mediação, é disso que se trata.

Mas o que é, no fim das contas, essa “presença imediata”? Com frequência, fala-se das assembleias de cidadãos, ou das democracias de assembleia, como caso paradigmático da idéia. Porém, deixando de lado o pressuposto, bastante questionável, de que tais práticas estariam vacinadas dos desvios, e mesmo da manipulação, típicos da política representativa que conhecemos, cabe interrogar se essa imediatividade ocorre de fato nas democracias de assembleia. Por diversas fontes, sabemos algo dessas práticas na Antigüidade grega (especialmente em Atenas), e, de resto, muitos de nós já tivemos oportunidade de participar de uma assembleia. Mesmo em reuniões pouco numerosas – digamos, algumas dezenas de pessoas, mas é bom

lembrar que as assembleias atenienses chegavam a contar com milhares de homens –, ainda que o direito da palavra fosse franqueado a todos, dificilmente ele poderia ser usado por todos, sob pena de inviabilizar o processo decisório. Como se dá a participação de todos nessas condições? Pelo voto e por expressões de apoio ou recusa das opções defendidas pelos oradores. Contudo, do ponto de vista do exercício do poder político, o aspecto mais importante da assembleia é o uso da palavra pelos oradores. Não é à toa que os jovens cidadãos das famílias abastadas, nas cidades gregas onde a assembleia ocupava o centro do processo decisório, esmeravam-se por dominar essa arte, embora já se soubesse muito bem que o domínio pleno da retórica não dependia apenas da técnica, mas da genialidade. E isso, obviamente, não era nem poderia ser igualmente distribuído. Embora o *direito* de participação viesse a sê-lo, o poder político efetivo sempre ficaria mais concentrado entre os oradores.

Como uma democracia de assembleia procura atenuar essa assimetria? É nesse ponto que o recurso à mediação se torna imprescindível. Para ser distribuído, o discurso dos oradores tem de ser capaz de dar voz aos que, por diversas razões, não podem ou não querem falar, tornando presente o ausente. Quer dizer, agora sim empregando o termo num sentido mais amplo do que se costuma fazê-lo, o uso inteligente e sutil da palavra requer um exercício de representação política, mobilizando os próprios recursos de mediação de idéias e sentimentos que o discurso oferece. Numa reunião de cidadãos, portanto, a presença imediata está longe de significar o que há de mais profundo na ação política, seja em sua capacidade de construir consensos, seja em sua capacidade de lidar com a disputa de idéias, interesses e o próprio poder político. Porque tudo isso implica, em cada cidadão e cada orador, ir para além de si mesmo, no sentido de abarcar o mais extensamente possível o pensamento e a sensibilidade alheias. E é assim que o discurso político se torna um modo de representar, talvez seu modo mais característico.

É notável que o pensamento político moderno, pelo menos desde Hobbes, tenha captado exatamente esse conceito da representação como seu aspecto vital, em relação ao qual toda a reflexão posterior, envolvendo instituições como parlamento e parti-

dos, ocupa um lugar secundário ou apenas uma derivação possível. Ao representar, uma “pessoa natural” (como diria Hobbes) tem de sair de sua condição privada para tornar-se “pessoa pública”. A representação instaura a distinção entre público e privado. O jogo da representação mesmo, o exercício de diferentes papéis públicos, libera forças normativas que animam os cidadãos a “escapar” de si mesmos, de algum modo esquivando-se de suas propensões narcísicas, para aproximar-se do estranho. Se isso não ocorre, não é apenas a representação que fracassa, mas a própria política.

Contudo, ao se dar excessivo foco à presença imediata (erroneamente entendida como a “autêntica participação”), em detrimento da representação, o que se perde não é tanto o senso de realidade – isso, repita-se, não é o mais importante na discussão; o que se perde é justamente a capacidade da política de nos tornar pessoas públicas, cidadãos. Todavia, alguém poderia lembrar, a política e a cidadania não são invenções do pensamento grego? Mas quem disse que a idéia de presença imediata é sua herança fundamental, no que diz respeito à participação? Os pensadores políticos gregos, ao contrário, sempre registraram um vínculo incontornável, para o bem ou para o mal, entre cidadania e discurso, e foram os primeiros a cientificar-se do caráter mediador do último. Mas talvez devêssemos suspeitar se a obsessão com a presença imediata não é uma questão bem mais contemporânea do que se pensa, provavelmente fruto de uma dificuldade crescente de distinguir o público e o privado. A presença imediata, nesse caso, disfarçada de um anseio por participação, poderia não passar de um alibi para a prática de uma espécie de narcisismo: o exibicionismo dos oradores perante uma platéia que apenas aplaude e vaia. E o desprezo ao parlamento e aos partidos, em vez de momento para uma crítica salutar às práticas políticas dominantes, a senha para repudiar toda a ação política, em proveito da dominação pura e simples.

No fundo, as dificuldades contemporâneas com a representação confundem-se com as dificuldades igualmente contemporâneas de nos construirmos um espaço público para a ação e a liberdade.

IDADE DO CONHECIMENTO

O INFORME TRAZ UMA NOVA SEÇÃO EM 2007: *IDADE DO CONHECIMENTO*

ESPAÇO ABORDA O ENVELHECIMENTO, QUESTÃO CADA VEZ MAIS PERTINENTE PARA A SOCIEDADE
POR MARIANA PEREIRA LENHARO

Conforme a tecnologia e a medicina avançam, as pessoas passam a viver por mais tempo. Segundo o IBGE, a expectativa de vida do brasileiro aumentou para 71,3 anos em 2003; no Japão, ela chega a ser superior a 81 anos. Junto com esse processo, surgem novas questões no âmbito da antropologia, sociologia, psicologia, comunicação e de diversas outras áreas do conhecimento: há qualidade de vida para aqueles que chegam às idades mais avançadas? Como o idoso se insere na vida social? A terceira idade é vítima de preconceitos? O mundo está adaptado para acolher um número cada vez maior de idosos? Como cada um encara seu próprio processo de envelhecimento?

Com a intenção de discutir algumas dessas questões, a seção *Idade do Conhecimento* publicará, ao

longo do ano, artigos de professores e pesquisadores que estudam o tema, além de entrevistas e relatos daqueles que vivenciam a “idade do conhecimento”.

A pertinência de se abordar esse tema no Informe da FFLCH vem, ainda, do fato de que 26,7% do corpo docente e dos funcionários da Faculdade – entre os aposentados e os que estão na ativa – tem mais de 65 anos.

O primeiro artigo da seção foi escrito pelo professor Júlio Assis Simões, do Departamento de Antropologia da Faculdade. Ele tem pesquisas sobre o assunto e já publicou diversos artigos e escreveu capítulos de livros sobre a aposentadoria, a atuação política do idoso, a velhice na família, entre outros aspectos do envelhecimento.

OS DESAFIOS DO ENVELHECIMENTO

JÚLIO ASSIS SIMÕES
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA – FFLCH - USP

“Não é fácil imaginar que nosso próprio corpo, tão cheio de frescor e, muitas vezes, de sensações agradáveis, pode ficar vagaroso, cansado e desajeitado. Não podemos imaginá-lo e, no fundo, não queremos”. Assim escreveu o célebre sociólogo Norbert Elias¹, já com mais de oitenta anos, exprimindo nossa dificuldade de lidar com as limitações biológicas da existência e aceitar as evidências materiais do corpo em degeneração. Não gostamos de envelhecer. Podemos até ser “idosos”, “aposentados ativos”, “da terceira idade”, ou mesmo “da melhor idade”, mas nunca “velhos”. O envelhecimento manifestado na decadência corporal ainda é um tabu em nossa cul-

tura, fonte de discriminação e sofrimento para muita gente. Por isso, talvez, preferimos usar eufemismos que o edulcorem ou o neguem.

A associação com a morte tem muito a ver com a repulsa ao envelhecimento. Atualmente, no entanto, a familiaridade com a morte permeia a experiência de muitas pessoas em diferentes faixas etárias: afinal, AIDS, acidentes de trânsito e crimes violentos vitimam sobretudo os mais jovens. Mais do que a morte, então, o que no envelhecimento provoca depressão e horror é a ameaça da falência física, com o colapso dos controles relacionados à capacidade motora, às habilidades cognitivas e à expressão das

¹ Norbert Elias, *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

emoções – a perda, em suma, das competências e atributos fundamentais que fazem com que uma pessoa seja reconhecida, respeitada e considerada em qualquer situação social.

Se a preferência pela juventude e a antipatia pela velhice parecem recorrentes na história das concepções ocidentais sobre envelhecimento, são certamente exacerbadas na chamada cultura de consumo contemporânea. Hoje em dia, no auge da valorização do corpo jovem, sadio, viçoso e sensual, põe-se à disposição de quem possa pagar um sortimento de métodos e técnicas de manutenção corporal que prometem adiar indefinidamente a chegada das rugas, da flacidez e da decadência generalizada. No universo fantástico das dietas contra os radicais livres, das academias de ginástica, das cirurgias plásticas, das próteses, da reposição hormonal, dos viagras, só se sente velho quem é moralmente fraco ou incompetente. É como se o envelhecimento tivesse deixado de ser um processo biológico inexorável, mas implicasse uma espécie de tara individual, reveladora de pessoas sem capacidade e determinação de fazer as escolhas certas para conduzir suas vidas da melhor maneira. Envelhecer “bem” é, para nós, cada vez mais, uma questão de responsabilidade individual². Ocorre que a velhice perturba justamente por sua inevitabilidade, apesar de todo esforço investido em postergar sua chegada.

As ciências sociais nos ensinam que essa atitude de temor e repulsa ao envelhecimento é própria de um modo particular de conceber o desenvolvimento da vida humana, como o movimento do ser corpóreo através do tempo segundo uma progressão cronológica rumo à finitude, na qual não se divisa um senso para além de nós mesmos e nossa busca pela felicidade. Estamos falando, portanto, de uma produção cultural e histórica específica do envelhecimento, que não é natural nem universal, mas supõe categorias e convenções particulares sobre o sentido e a periodização da vida, como um ciclo biológico abarcando nascimento, juventude, maturidade, envelhecimento e morte. Compreender o envelhecimento como uma “construção social”, para usar o jargão, algo desgastado, não implica, porém, tratá-lo como uma ilusão descartável. Essa “construção” não só baliza

nosso entendimento e nossa experiência do envelhecer, como também tem efetividade social mais ampla, demarcando direitos e deveres diferenciais conforme as idades, definindo relações entre gerações e distribuindo poderes e privilégios no lar, na escola, no mercado de trabalho e na vida civil em geral, assim como na organização política.

Além disso, nossa própria concepção particular do envelhecimento remete a significados distintos. Expressões como “terceira idade” ou “melhor idade” sintetizam um movimento contemporâneo de promover uma atitude mais positiva em relação ao tempo e ao envelhecimento, com ênfase nas possibilidades de descoberta de fontes novas e criativas de poder e realização pessoal. Atributos que marcavam a juventude, como o esforço de exploração e reconstrução da identidade, são agora transpostos à vida adulta e à maturidade. Abrem-se, assim, novas perspectivas de vida na idade avançada, ainda que esse “bom envelhecimento” seja principalmente um projeto de previdência individual e não implique maior tolerância e atenção para com os velhos que, por diversas razões, não se mantêm ativos e joviais.

Essas novas imagens do envelhecimento baseiam sua desestabilização dos estereótipos negativos da velhice em algumas evidências. A longevidade crescente, associada à melhora das condições de saneamento e acesso a medicamentos e outros recursos que combatem a degeneração física, é hoje um fato comum, não verificável apenas nos países ricos. Até o final do século XIX, mesmo nos países capitalistas europeus, somente uma em cada dez pessoas teria chance de passar dos 65 anos de idade. Hoje, mais de oito em cada dez ultrapassam essa idade. Mesmo no Brasil, que acostumamos a ver como um país de jovens, tem aumentado a expectativa de vida (isto é, o número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver, levando em conta as taxas de mortalidade observadas num dado momento).³

Nas sociedades modernas centradas no mercado e no trabalho, a aposentadoria demarcava a entrada na velhice. Ela foi consagrada como a expressão da proteção social a que os mais velhos teriam direito, porque se dedicaram a uma vida de trabalho e porque a velhice implicaria a perda da capacidade de conti-

² Guita Grin Debert, *A reinvenção da velhice*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.

³ Segundo o Sistema Nacional de Informações de Gênero do IBGE, a expectativa de vida das mulheres passou de 70,9 anos para 74,1 anos no período entre 1991 e 2000. Já para os homens a expectativa de vida cresceu de 63,1 para 66,7 anos.

nuar assegurando o próprio sustento por meio do trabalho. A aposentadoria colava-se, portanto, a uma concepção da velhice como o momento em que alguém que deixa de ser produtivo e se transforma numa pessoa dependente. No entanto, numa conjuntura em que os mais jovens têm mais dificuldade para se inserir e se estabelecer no mercado de trabalho; muitos são os homens e mulheres aposentados que permanecem ou retornam ao trabalho, não só para se conservarem ativos ou para “ocuparem a cabeça”, mas também para assegurar a própria subsistência e a de familiares mais jovens. Nas famílias brasileiras, atualmente, isso tem propiciado uma convivência prolongada sem precedentes entre diferentes gerações⁴. Mas o aumento da longevidade implica também maior probabilidade de enfrentar incapacidades físicas ou

mentais por períodos mais longos. A tendência é que mais pessoas vivam por mais tempo tendo pais e outros parentes idosos que demandam ajuda.

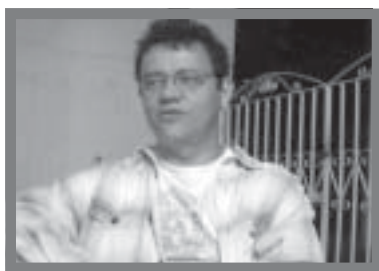
Estas breves considerações ajudam a mostrar como o tema do envelhecimento envolve múltiplas facetas e desafios, que questionam qualquer representação homogênea de seu significado. Pensar sobre o envelhecimento nos leva a tratar da centralidade do corpo na cultura contemporânea, tanto quanto do complexo de forças e interesses que reconfiguram a relação entre as gerações e rearticulam mercados de consumo e novas demandas por políticas sociais. Mas em todas essas dimensões reencontraremos a tensão entre o que nos desperta as mais variadas formas de resistência e, ao mesmo tempo, almejamos transformar numa experiência acessível de dignidade e beleza.

⁴ Guita Grin Debert e Júlio Assis Simões, “Envelhecimento e velhice na família contemporânea”. In: Tratado de geriatria e erontologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p.1366-1373.

ENTREVISTA

ENTREVISTA - PROFESSOR MARCOS SILVA

POR ALINE VICENTE MIGUEL



organizado por ele.

Aline Vicente Miguel: Primeiramente, gostaria que o senhor me explicasse o título do livro...

Marcos Silva: A necessidade de reafirmar que a ditadura brasileira já era ditadura em 1964 responde a uma tendência predominante, hoje em dia, nas discussões sobre aquele período. O mais habitual tem sido falar em uma ditadura propriamente dita apenas a partir de 1968, e não somente nos estudos especializados, mas também na memória social (opinião pública, Imprensa) dedicada ao tema.

Marcos Silva é professor do Departamento de História da FFLCH/USP. Nessa entrevista, ele fala sobre o livro: *Brasil 1964-1968, A Ditadura já era Ditadura*, organizado por ele.

Se você reparar, por exemplo, na placa de inauguração do Centro Cultural Maria Antonia, que pertence à USP, verá que ela coloca 1968 como o ponto de partida da ditadura. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi instituído em dezembro desse ano, e a ditadura ficou muito mais grave a partir daquele momento. Uma preocupação desse livro, todavia, foi destacar que, em 1964, a ditadura já começou ditatorialmente, e não de uma forma “discreta”, “democrática”, nem como o jornalista Elio Gaspari falou mais recentemente, “envergonhada”.

Um exemplo bastante claro disso foi o que aconteceu com o líder comunista Gregório Bezerra, em Recife. Nos dias da implantação do regime, ele foi amarrado num jipe e arrastado em público. Tratava-se de um ato de violência explícita, com o novo governo declarando a quem via aquilo: “eu sou uma ditadura”. É claro que existiam personagens da ditadura, desde seu início, que eram pessoas cultas, refinadas, que

falavam e escreviam muito bem. E que, por isso, justificavam sofisticadamente o que estavam fazendo, dizendo que agiam daquela maneira para impedir que João Goulart implantasse uma ditadura. É um raciocínio patético: criar uma ditadura para impedir que outra fosse instaurada. Mas nem somente eles adotaram essa lógica enviesada. Hoje em dia, ouço de muitos historiadores, jornalistas e cientistas sociais o argumento de que a ditadura brasileira era branda, menos violenta do que as congêneres de outros países latino-americanos, como a Argentina e o Chile. Considero isso um equívoco muito grave. Às vezes, são feitas comparações estatísticas: no Brasil, existiram comprovadamente, digamos, algumas centenas de mortes provocadas pela ditadura, e no Chile ou na Argentina, milhares. A conclusão estabelecida por esses analistas é que naqueles dois países, o processo ditatorial foi mais violento porque morreram mais pessoas, e que no Brasil, foi suave porque houve menos assassinatos. Esse é um ponto de vista abstrato, que deixa de lado a extrema violência de seres humanos, em qualquer número, serem assassinados por motivos políticos. Não vejo sentido em fazer uma comparação apenas quantitativa. Depois de Auschwitz, crimes de estado são igualmente graves, mesmo que atinjam UMA pessoa.

É claro que a quantidade nos assusta ainda mais, o fato de a violência chegar àquele nível numérico é terrível, mas isso não significa que onde mataram menos pessoas tenha sido menos terrível. É tão grave quanto nos outros casos, pela ilegalidade, pela violência e pela incapacidade (ou negação) de se encaminhar a política por meios revestidos de mínima dignidade. Com todo respeito às milhares de vítimas das ditaduras no Chile e na Argentina, nós não podemos diminuir o sofrimento daqueles que morreram, dos seus familiares e de seus amigos, no caso do Brasil, por serem em menor número. Sou totalmente contra essa comparação estatística e abstrata, porque ela esvazia o significado tanto da dor pessoal quanto da experiência política de quem sofreu a ditadura brasileira e lutou contra ela.

AVM: Então, o livro procura desmistificar essa idéia de que a nossa ditadura militar foi branda?

Marcos: Sim. Não existem ditaduras brandas. Na historiografia e na memória social brasileiras, persistiu, durante muito tempo, o mito da escravidão branda. Felizmente, ele foi criticado há muito tempo. Agora, nós assistimos ao nascimento do mito da

ditadura branda. Considero importante deixar claro que a ditadura começa como ditadura em 1964, mesmo com os representantes refinados, que falavam e escreviam bem. Castelo Branco, Golbery do Couto e Silva, Geisel, Carlos Lacerda, Delfim Netto, Roberto Campos e alguns outros eram homens eruditos (Delfim Netto ainda está vivo), mas eram também membros de um universo ditatorial.

O livro que eu organizei procura contribuir para a superação desses argumentos que amenizam a experiência ditatorial. Ao mesmo tempo em que são mitos sobre a ditadura, são também reafirmações da memória que ela quis deixar de si mesma. A ditadura quis se definir como branda, como se nem fosse ditatorial, como muito discreta e atuante apenas por um período curto, dentro da lei, até poder “reorganizar” o país.

É importante, ao mesmo tempo, discutirmos essas questões políticas de uma maneira não demonizadora dos diferentes sujeitos em cena. São seres humanos que têm projetos humanos, mesmo quando terríveis, como é o caso de quem torturou e matou. É claro que não são projetos iguais, existem diferenças até entre os defensores da ditadura, sem esquecer de quem criticava o regime. Eu, pessoalmente, prefiro os projetos de quem se opunha à ditadura. Agora, são propostas de seres humanos, seres sociais concretos. E o projeto de alguns desses seres, que dominaram a cena política brasileira entre 1964 e 1985, era a ditadura.

AVM: Como a crítica está recebendo esse trabalho? O senhor já leu algo a respeito na imprensa?

MS: Suiu uma resenha na Folha de S. Paulo, elogiando algumas coisas e rejeitando outras. Também fui entrevistado pela Rádio Eldorado, com espaço para responder a perguntas de ouvintes - muitas delas instigantes. Penso que toda crítica valoriza qualquer livro. Ele está sendo bem divulgado entre diferentes setores acadêmicos e da imprensa.

AVM: Onde ele já foi lançado?

MS: Em São Paulo (Centro de Apoio à Pesquisa Histórica da FFLCH/USP); no Rio de Janeiro (UFRJ); em Natal (UFRN); em Marechal Cândido Rondon, PR (UNIOESTE); em Bauru, SP (UNESP); e em Dourados, MS (UFGD), e em Santo Antonio de Jesus, Bahia (UNEB).

AVM: No release do livro, o senhor afirma que argumentos legitimadores da implantação da ditadura, como os ataques pessoais a João Goulart, a

desqualificação dos movimentos sociais da época e a defesa dos programas propostos pelos golpistas, voltaram a se fortalecer, nos últimos anos, em vastos setores da imprensa e da Pesquisa Histórica. O senhor poderia me citar alguns exemplos?

MS: Vários setores da imprensa e também da pesquisa acadêmica assumem esses argumentos, hoje em dia. Nem falam tanto que Jango era comunista, mas que ele era desinteressado da política, um político pouco ativo e sem propostas. O exemplo mais evidente é o jornalista Élio Gaspari. Sua série de livros *As Ilusões Armadas* diz isso o tempo todo. Mas também há alguns historiadores e cientistas sociais que reproduzem esses argumentos.

Um livro influente como *História da Vida Privada no Brasil*, volume 4, reafirma e defende que o período de 1964 a 1968 foi brando, que os presidentes desse período concederam liberdades para a população, o que eu considero um contra-senso: ditadores concederem liberdades? Certamente, no período governamental de Castelo Branco e na primeira metade do governo de Costa e Silva, antes do AI-5, havia muitos movimentos sociais, mas não que os governantes concedessem espaço para eles, havia porque parcelas da população conquistavam esse espaço, preservando tradições de luta então ainda recentes. Não era um espaço dado, era um espaço duramente ocupado.

Muitos desses autores que reproduzem a auto-legitimação da ditadura são pesquisadores sérios, estudam diversificados documentos de época e lidam com teorias complexas. No entanto, não estão fazendo uma crítica adequada àquela memória. Pelo contrário, repetem aquilo que a ditadura queria que fosse pensado a seu respeito. Cientistas sociais, jornalistas e historiadores precisam refletir criticamente sobre argumentos, e não apenas endossar o que diferentes sujeitos afirmaram sobre suas ações. Quando fazem o contrário, infelizmente, transformam-se em porta-vozes daqueles sujeitos.

AVM: Além de contribuir para aprofundar o conhecimento sobre o período, o livro também questiona algumas interpretações arraigadas sobre o autoritarismo militar pós 1964. Quais, por exemplo?

MS: Gostaria de citar a própria imagem de que a ditadura foi militar, e ponto. É importante destacarmos a responsabilidade civil na ditadura. Existiram

lideranças civis muito importantes desde a sua implantação, e até o seu fim. No momento inicial, havia nomes como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, além de grandes órgãos de imprensa, como *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*. Depois, durante a ditadura, houve outras figuras civis de peso: Roberto Campos, Delfim Neto, Paulo Maluf. Sem dúvida, os militares não foram os únicos responsáveis pela ditadura. Eles contavam com figuras civis, que ajudaram a implantar e a sustentar o regime.

Uma outra preocupação geral da obra é pensar que, durante esse período, não foram apenas os governantes que agiram. Muitos dos livros sobre o assunto enfatizam excessivamente o papel dos presidentes ou de algumas lideranças políticas, concentrando os rumos da ditadura nessas figuras e em seus projetos pessoais. É evidente que isso deve ser discutido também, mas a minha preocupação é que enquanto os presidentes e seus auxiliares agiam, havia uma sociedade em movimento. Por exemplo, Elio Gaspari deu uma grande ênfase para o projeto de “abertura política” a partir do Ernesto Geisel, como uma proposta desse governante. Devemos levar em conta que a sociedade brasileira já estava se mobilizando, se movimentando e realizando diferentes manifestações contra os rumos da ditadura desde o início do regime. Não foi aquele presidente que se revelou visionário e promoveu a mudança. Penso que foi um ato sagaz e inteligente de Geisel perceber o que estava acontecendo na sociedade e preparar um desfecho do processo favorável aos defensores da ditadura. Agora, dizer que isso apenas saiu da cabeça dele porque ele era assim, queria assim, por um temperamento pessoal e político daquele indivíduo, eu considero um equívoco de interpretação.

A ditadura procurava controlar e, num certo sentido, anular a sociedade civil. Mas essa sociedade civil se mexia por vários caminhos, por exemplo, para garantir que uma peça fosse exibida, que uma música fosse liberada pela censura, para criar associações de bairro ou denunciar problemas (salários).

Havia, também, a ação dos advogados: depois do AI-5, especialmente, o plano da lei, no Brasil, foi praticamente suspenso (uma leitura do AI-5 é esclarecedora a esse respeito); as garantias legais passaram a existir de uma maneira absolutamente frágil, pois o poder executivo podia suspender qualquer direito, inclusive tolhendo a ação de juízes. Todavia, muitos advogados lutavam para localizar

presos e para garantir os direitos dessas pessoas. Tais lutas, junto com outras, expressaram a sociedade civil se rearticulando e se reorganizando.

AVM: Na sua opinião, qual é o principal objetivo do livro?

MS: Ampliar a discussão sobre a experiência ditatorial, refletindo sobre o que significou a ditadura. Ela não “caiu do céu”. Setores da sociedade brasileira a implantaram e mantiveram-na. Outros setores lutaram contra. Penso que é importante entender a ditadura como uma experiência social, tanto no sentido de ser mantida quanto no de ser suplantada, derrubada. Ela não foi apenas a política institucional, formal. O objetivo do volume, assim, é pensar a ditadura como uma experiência social ampla, refletindo criticamente sobre isso.

Discutir a ditadura é muito importante, mas os períodos não ditatoriais, como o presente, também devem ser debatidos. Além de torturas e prisões, o regime ditatorial também praticava extrema violência em relação aos salários, arrojando-os de maneira avassaladora para amplos setores da sociedade. O regime acabou, mas hoje temos aquele e um outro tipo de violência sobre os salários: o desemprego. E temos outros desmontes de cidadania, em nome do mercado.

As ditaduras se encerram em termos da política institucional, mas deixam pesados resquícios: a questão do desemprego, a infância abandonada, a destruição de setores públicos de Saúde e de Educação e o enorme inchaço urbano são alguns exemplos disso. Temos uma série de problemas que começaram ou se agravaram no período ditatorial e que continuam até hoje. E a memória sobre a “modernidade” da ditadura se consolida, como se esses problemas fossem de um presente absoluto e a ditadura fosse um exemplo de racionalidade administrativa.

Saiba mais sobre o livro:

Brasil 1964 – 1968, A Ditadura já era Ditadura é composto por 14 textos, escritos por diferentes pesquisadores, de várias instituições brasileiras. Cada um discute determinado ângulo do período ditatorial. Leia, abaixo, um pouco sobre cada um deles.



- Marcos Silva: organizador do volume, pesquisa a presença de caricaturas na imprensa brasileira (Zé Povo, Amigo da Onça, Fradim) e participa de debates sobre Ensino de História. Publicou livros e artigos sobre Humor e História, Historiografia brasileira, Cultura popular e Fontes visuais para a pesquisa histórica.
- Nelson Pereira dos Santos: cineasta brasileiro de grande importância, autor da obra-prima “Vidas secas”. Grande parte de seus filmes foram produzidos durante a ditadura. No livro, é publicada uma entrevista de Nelson, concedida para o professor Marcos Silva, na qual ele fala sobre sua experiência como cineasta e professor e de sua relação com a censura e outras instâncias que envolviam a produção de filmes no período.
- Ana Maria Pinho Leite Gordon: doutora em História Social pela FFLCH/USP e pesquisadora do campo de História da Ciência. No livro, ela nos mostra a história do IPEN (Instituto de Pesquisas em Energia Nuclear, sediado na USP), analisando como esse órgão de pesquisa científica sofreu os impactos da ditadura, as perseguições políticas, o controle e a rejeição a certos pesquisadores.
- Antonio Duarte: foi marinheiro na Marinha de Guerra Brasileira no período do governo de João Goulart, participando da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Ele escreveu um texto de memória, lembrando como essa associação funcionava e como ela foi violentamente reprimida.
- Carlos Eduardo dos Reis: professor da Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis) e doutor em História pela PUC/SP. Ele estuda a Literatura de Rubem Fonseca, importante escritor brasileiro. Carlos analisa como é que a sua ficção, escrita durante o regime ditatorial, apresenta alguns aspectos da experiência social desse período, como a violência urbana e as enormes dificuldades das relações amorosas.
- Eudes Fernando Leite: professor da Universidade Federal da Grande Dourados, MS, e doutor em História pela UNESP/Assis. Ele estuda como a ditadura foi implantada na cidade de Aquidauana, MS, enfocando quais as redes sociais manipuladas, as perseguições pessoais e as disputas entre grupos da política local.
- Flávio Luís Rodrigues: professor da FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas, SP) e mestre em His-

- tória Social pela FFLCH/USP. Ele estuda o movimento dos marinheiros em 1963/1964, analisando suas motivações políticas e como expressavam seus interesses e suas necessidades sociais, já que não tinham direitos civis plenamente reconhecidos.
- Ivan Ducatti: Mestre em História Social pela FFLCH/USP. No livro, ele pesquisa a obra do historiador Néelson Werneck Sodré, um militar nacionalista e comunista, autor de dezenas de livros sobre História e Cultura brasileiras, que foi para a reserva como general, sofrendo perseguições pelo regime.
 - João Carlos de Souza: professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, MS). Ele e Suzana Arakaki, professora da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), discutem como a ditadura foi implantada na cidade de Dourados, num esforço paralelo àquele de Eudes Fernando Leite, sobre Aquidauana.
 - Klaus Wernet: mestrando em Música pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Ele analisa o acervo de Camargo Guarnieri, um compositor importante em música erudita brasileira que durante muito tempo foi identificado ideologicamente à ditadura. Klaus conclui que o projeto estético de Guarnieri é anterior à ditadura: ele chegou a

- conviver e a ser aconselhado, inclusive, por Mário de Andrade.
- Lincoln Taira: doutor em História da Ciência pela FFLCH/USP. No livro, o pesquisador discute como é que as ciências exatas, biológicas e tecnológicas eram áreas valorizadas pela ditadura, em detrimento das ciências humanas.
 - Luis Eduardo Simões de Souza: doutorando em História Econômica pela FFLCH/USP. No livro, ele pesquisa a política econômica do início do governo de Castelo Branco, analisando as áreas de interesses e de investimentos e a política salarial.
 - Nancy Alessio Magalhães: doutora em História Social pela FFLCH/USP e professora da Universidade de Brasília (UnB). Ela estuda a argumentação política de Castelo Branco, primeiro presidente do regime ditatorial, mostrando como os argumentos da democracia utilizados por ele eram simultâneos a argumentos autoritários, de controle sobre os trabalhadores e sobre a livre associação dos cidadãos, por exemplo.
 - Neusah Cerveira: doutoranda em História Social pela FFLCH/USP. Ela estuda a luta armada no Nordeste, promovida por alguns partidos clandestinos, como o PCR e o PCBR.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

BIBLIOTECA FLORESTAN FERNANDES

POR ALINE VICENTE MIGUEL

Uma biblioteca modelo, que além de abrigar o segundo maior acervo da Universidade de São Paulo possui, também, um dos melhores da América do Sul, sendo uma referência em diversas áreas do conhecimento. Essa é a Biblioteca Florestan Fernandes, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Sônia Marisa Luchetti, diretora dessa Biblioteca desde julho de 2006, ressalta que um dos pontos fortes da equipe é o respeito ao usuário. Ela explica que em 1985, quando se tornou funcionária da Faculdade, o que existiam eram as bibliotecas

departamentais, umas separadas das outras. Em 1987, foi criado o SBD – Serviço de Biblioteca e Documentação. Assim, as bibliotecas da Geografia e da História juntaram-se num mesmo espaço; as da Filosofia e Ciências Sociais já estavam agrupadas no prédio do meio. A Biblioteca de Letras, por sua vez, encontrava-se isolada do restante da FFLCH, nas Colméias próximas ao CRUSP (Conjunto Residencial da USP). O projeto de integração já existia. O que faltava era o espaço físico para agrupar todos os acervos.

No ano de 1989, foi iniciada a construção de um

prédio (que hoje é um dos módulos do prédio onde se encontra a atual Biblioteca), o qual, em 1991, passou a abrigar o acervo de Letras e os serviços internos. Entre os meses de janeiro e fevereiro de 2001, o acervo de Filosofia e Ciências Sociais foi agrupado ao acervo de Letras, com a construção de um segundo módulo. Em 2005, foi a vez do acervo de História e Geografia integrar-se ao restante, com a finalização do terceiro módulo. Em 10 de agosto desse mesmo ano, a Biblioteca recebeu o nome de Florestan Fernandes, em homenagem ao mestre e sociólogo.

Para Marisa, essa integração foi benéfica tanto para os funcionários quanto para os usuários. “Concentramos a nossa infra-estrutura e recursos humanos em um único local. Essa junção, além de dar maior visibilidade ao nosso acervo, facilitou a vida acadêmica do usuário, uma vez que ele não precisa mais se deslocar entre os prédios para encontrar um livro”, afirma.

Hoje, a Biblioteca Florestan Fernandes conta com uma área física de 6.200 metros quadrados e com um quadro de 45 funcionários, entre bibliotecários, técnicos e auxiliares. Possui, em seu acervo, 319.317 livros, 163.163 fascículos de periódicos, 13.571 dissertações e teses e 15.243 materiais especiais. Durante o ano de 2006, atendeu 441.485 usuários, efetuou 465.654 empréstimos e registrou 463.840 consultas ao acervo.* Com um acervo tão rico, nada mais justo do que homenagear, em seu nome, um dos mais importantes sociólogos que esse país já teve.

Questionada sobre os principais projetos que serão desenvolvidos nesse ano de 2007, a diretora explica que o FAP-Livros é um dos mais importantes. A cada cinco anos, a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) contempla as bibliotecas das universidades e dos institutos de pesquisa, financiando a compra de materiais bibliográficos. No ano de 2005, a Biblioteca Florestan Fernandes enviou uma lista para a FAPESP com cerca de 20 mil títulos para a compra. Grande parte desse pedido foi aprovado no ano passado e a FFLCH passará a receber o material bibliográfico no decorrer de 2007. Marisa ressalta que a Biblioteca da FFLCH foi contemplada com a segunda maior verba pela FAPESP, sendo que a primeira foi para o Portal dos Sistemas de Bibliotecas das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP).

Marisa e sua equipe também pretendem investir mais nos treinamentos aos usuários, no que se refere ao uso das bases de dados referenciais e em texto

completo e dos periódicos eletrônicos. “Temos mais de 14 mil títulos de periódicos *on-line*, que são disponibilizados na página da SibiNet (www.usp.br/sibi). Pretendemos fazer uma divulgação mais efetiva desse material e treiná-los para que o acesso ocorra de forma ágil e eficiente”, afirma. Ela ressalta, inclusive, que a Biblioteca já oferece alguns treinamentos para seus usuários. Um exemplo é a Semana Dedalus, existente desde 1996, que ensina aos calouros como pesquisar nessa base de dados que abrange os catálogos bibliográficos de todas as bibliotecas da USP. Outro é a Visita Orientada, que tem por objetivo ensiná-los como usar a Biblioteca e torná-los auto-suficientes nas pesquisas básicas.

O grande desafio, no entanto, é o Sistema de Gestão pela Qualidade, um projeto do qual a Biblioteca da FFLCH participa desde 2004, juntamente com mais 13 bibliotecas da USP e o Departamento Técnico do SIBi/USP. O foco é desenvolver o trabalho em equipe, por meio da integração, motivação e a valorização dos colaboradores. “É importante trabalhar em equipe e humanizar o ambiente de trabalho para que a Biblioteca funcione de forma mais harmônica e esse clima reflita no bom atendimento ao usuário, já que este é nosso grande objetivo”, ressalta Marisa. O projeto também visa criar um sistema de gerenciamento que permita a obtenção de produtos e serviços de qualidade aos usuários.

Neste Projeto de Qualidade são aplicadas várias técnicas, como por exemplo, o mapeamento dos processos, procedimentos operacionais, técnica dos 5 S's, reunião relâmpago, marketing interno, workshops etc. Para algumas delas, são criados grupos de trabalho, responsáveis pelo andamento das atividades, juntamente com o seu coordenador.

Hoje, o projeto vem estimulando principalmente a técnica dos 5 S's, que é um sistema voltado para a melhoria da qualidade de vida no trabalho e cujos objetivos principais são: melhoria do ambiente de trabalho; prevenção de acidentes; incentivo à criatividade; redução de custos; eliminação de desperdícios; desenvolvimento de trabalho em equipe e a melhoria da qualidade de produtos e serviços. Um exemplo satisfatório foi o 2º Dia da Bermuda, realizado em 05 de setembro de 2006 (Semana da Pátria), durante o qual cada colaborador organizou seu espaço de trabalho sem, entretanto, fechar as portas da Biblioteca. “O Comitê dos 5 S's, juntamente com o grupo do Marketing Interno, organiza-

ram o evento com profissionalismo e comprometimento”, afirma a Diretora.

Já as reuniões relâmpago, que acontecem diariamente, abrem um espaço para que os colaboradores levem os problemas e sugestões para discutir com seu grupo de trabalho, o que estimula a integração e a participação da equipe.

Marisa também ressalta o fortalecimento do marketing interno da Biblioteca, graças à equipe composta por três colaboradores. Eles são responsáveis pela organização de eventos ligados às atividades de trabalho e confraternizações. “Essas atividades contribuem para a melhoria nas relações interpessoais e são importantes para que o grupo fique mais próximo. Com a equipe integrada, as pessoas tornam-se mais motivadas, comprometidas, envolvidas e o trabalho flui melhor”, conclui.

* Dados referentes ao RIBi 2006 - Relatório Individual por Biblioteca e Departamento Técnico do SIBi/USP.

Conheça, abaixo, os cinco serviços que compõem a Biblioteca Florestan Fernandes.



Diretoria Técnica - Sônia Marisa Luchetti



Secretaria - Dorcas Inácio da Rosa Braga

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Engana-se quem pensa que o trabalho dos funcionários e estagiários do Serviço de Atendimento ao Usuário resume-se ao empréstimo no balcão e à guarda de livros.

Diariamente circulam pelos espaços da Biblioteca, seja consultando material bibliográfico, estudando, consultando bases de dados, lendo jornais etc, em média 2063 usuários/dia.*

Além dessas tarefas e da organização da coleção didática (a bibliografia que os professores indicam para suas turmas a cada início de semestre), esse Serviço também é responsável por facilitar o acesso do usuário às obras e materiais que ele não encontra na Biblioteca da FFLCH. Para isso, existem diversos programas e convênios.

Segundo Anderson de Santana, chefe do Serviço, um deles é o EEB-USP (Empréstimo entre Bibliotecas da Universidade de São Paulo). Se o usuário necessita de uma obra que a Biblioteca não possui, ele pode solicitar o empréstimo às outras bibliotecas da USP. Esse EEB também contempla as bibliotecas de universidades da Grande São Paulo.

“Se o livro não é encontrado na USP (capital e interior), pesquisamos na UNESP e na UNICAMP. Caso exista em alguma biblioteca dessas duas universidades, enviamos o pedido e eles nos encaminham o material bibliográfico pelo malote, gratuitamente”, explica Anderson. Aqui, trata-se de um outro tipo de convênio: O EEB – CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas), que envolve a USP, a UNICAMP e a UNESP.

A Biblioteca da FFLCH também faz parte de um sistema de Comutação Bibliográfica (COMUT), gerenciado pelo órgão governamental IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia). Por meio desse sistema, do qual participam todas as bibliotecas do país, é possível fazer pedidos de artigos, capítulos de livros, teses e anais de congressos. A Faculdade também participa de um convênio com a British Library, que permite o recebimento de artigos de periódicos, e através do convênio POLI/IFLA (The International Federation of Library Associations and Institutions) pode solicitar o empréstimo das bibliotecas participantes. Nestes três casos, os custos envolvidos são repassados para o usuário solicitante.

Além disso, o Serviço presta atendimento aos alunos de pós-graduação que precisam converter suas

teses e dissertações para o formato digital e disponibilizá-las na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Portal do Saber, “Nós convertemos o arquivo para o formato eletrônico padrão (pdf), organizamos o trabalho de acordo com as normas e auxiliamos o usuário a submetê-lo para o sistema *on-line*”, explica Anderson. Outras atividades do Serviço são os treinamentos em bases de dados referenciais e em texto completo e periódicos eletrônicos.

Satisfeito com o desempenho de sua equipe, Anderson, no entanto, lamenta a defasagem de 3 vagas no quadro de funcionários. Outra dificuldade é a falta de um sistema integrado entre todas as bibliotecas da Universidade, que permita a uniformidade nos procedimentos como a renovação *on-line* e o empréstimo livre de qualquer aluno USP, em qualquer biblioteca, sem necessidade de formulários.

Questionado sobre os pontos fortes da Biblioteca onde trabalha, Anderson afirma que um deles é o acervo, o segundo maior da USP. Outro, em sua opinião, é a qualidade do atendimento. Qualidade essa que, segundo ele, só é possível devido à integração da equipe. “O nosso grande potencial é a integração. Além de motivados, todos os colaboradores são muito capacitados e ajudam-se mutuamente”, finaliza.

* Dados referentes ao RIBi 2006 - Relatório Individual por Biblioteca e Departamento Técnico do SIBi/USP.

Funcionários:

- Anderson de Santana - Chefe do Serviço
- Alexandre José dos Santos Moreira
- Aline Lima Gonçalves
- Ana Cláudia Pastor
- Ana Lúcia Dantas de Viveiros
- Antonio Carlos Batista
- Augusto Goes Júnior
- Carlos Alberto Dias de Carvalho
- Edson Alves Santana
- Isabel Aparecida Romualdo
- Isabel Lopes da Silva Costa
- Yuka Saheki Bastos de Siqueira
- Luís Carlos Cardoso
- Marinês de Souza Mendes
- Marta Glória dos Santos
- Milton Fábio Baungartner
- Renata Daniel
- Roseli Gomes Cardoso
- Rosemary Ortega
- Sandra Teixeira Alves
- Stefano de Carvalho Veloso
- Zelinda Aparecida da Silva



Anderson de Santana - Chefe do Serviço



Aline Lima Gonçalves



Ana Lúcia Dantas de Viveiros



Renata Daniel



Alexandre José dos Santos Moreira



Luís Carlos Cardoso



Ana Cláudia Pastor



Marinês de Souza Mendes



Carlos Alberto Dias de Carvalho



Marta Glória dos Santos



Rosemary Ortega



Roseli Gomes Cardoso



Sandra Teixeira Alves



Yuka Saheki Bastos de Siqueira

Estagiários

- Daniela Lopes Vilarinho
- Diogo Cruz Reggiani
- Fabiana Morabito
- Gabriel Oliveira Pereira
- Isabel Cristina Catânio
- Luana Lasincki Marum
- Tatiana Carence Martins
- Thiago Fernandes Ortega

SERVIÇO DE AQUISIÇÃO

Os sete funcionários do Serviço de Aquisição são responsáveis pelo recebimento do material que entra na Biblioteca, como livros, periódicos, teses e materiais especiais, seja por compra ou doação. Segundo Tânia Maria Bueno de Paula, chefe do Serviço, no ano de 2006 foram doadas mais de 10 mil obras à Biblioteca. A seleção desse material é realizada por uma comissão que analisa cada volume de acordo com critérios pré-definidos.

Um dos primeiros critérios para essa seleção é o assunto do livro. “Recebemos doações de todas as áreas, desde matemática, física e até engenharia”, explica. Se o assunto do material doado for de alguma das áreas da FFLCH, Tânia e sua equipe fazem pesquisas para verificar se ele já existe no acervo, bem como o número de vezes que foi usado. “A demanda é mais um critério para avaliar a necessidade de disponibilizar mais um exemplar em nosso acervo”. Quando necessário, é solicitada a opinião de

um especialista na área para analisar o conteúdo da obra recebida em doação, mantendo assim, a qualidade do acervo.

Quanto aos materiais adquiridos por compra, a Biblioteca recebe sugestões de professores, alunos e funcionários. A partir daí, o Serviço realiza uma pesquisa para verificar se os livros sugeridos realmente não existem na Biblioteca. As sugestões são cadastradas no Banco de Dados de Sugestões para que a compra seja preparada, de acordo com as normas de aquisição por pregão. Segundo Tânia, até 2005, a compra de livros era realizada através de pregão na própria FFLCH, mas em 2006 esse processo passou a ser realizado pelo SIBi. “O pregão centralizado pelo SIBi permite a aquisição de maior número de títulos de livros com o custo consideravelmente reduzido”, explica

Apesar de considerar a atuação da equipe boa e eficiente, Tânia lamenta a falta de mais um funcionário. Para ela, o que ajuda o bom andamento das atividades é a disposição da equipe. “O ponto forte da Biblioteca é o acervo. Mas se você me perguntar o ponto forte do Serviço de Aquisição é a equipe. Todos são bons colaboradores, motivados e trabalham em harmonia e com prazer”, finaliza.

Funcionários

- Tânia Maria Bueno de Paula – Chefe do Serviço
- Antonio José Cleto
- Gilda Virgílio Rodrigues
- Juraci Dias Rodrigues
- Natalina de Jesus Delfina da Luz
- Olga Bispo de Melo
- Verônica de Miranda



Tânia Maria Bueno de Paula – Chefe do Serviço



Juraci Dias Rodrigues



Natalina de Jesus Delfina da Luz

SERVIÇO DE PROCESSAMENTO TÉCNICO (Tratamento da Informação)

“A finalidade do Serviço de Processamento Técnico (Tratamento da Informação) é disponibilizar informações sobre o acervo da Biblioteca da FFLCH-USP. Nós desenvolvemos um trabalho basicamente intelectual, voltado para a organização do acervo”. É assim que Maria Célia Amaral, chefe do Serviço de Processamento Técnico (Tratamento da Informação) define as atividades de sua equipe.

Assim que os colaboradores desse serviço recebem o material bibliográfico patrimoniado pelo Serviço de Aquisição, produzem a informação a respeito do mesmo. Primeiramente, é feita uma análise descritiva, que envolve itens como título da obra, nome do autor, assunto, número de páginas, referências bibliográficas, etc. Depois, é feita a análise temática, que permite, conforme o assunto tratado, conferir ao livro um número de classificação, o que é fundamental para a sua localização nas estantes da Biblioteca e para a atribuição de descritores para a pesquisa por assuntos no Banco de Dados Bibliográficos da USP.

A realização dessa análise exige uma leitura técnica do material. “Observamos itens, como a folha de rosto, o resumo e a introdução”, afirma Célia. “Quando deparamo-nos com obras muito complicadas, das quais não conseguimos extrair o assunto principal, utilizamos várias fontes para pesquisar sobre o autor e sobre a própria obra”, completa.

Antes de Maria Célia tornar-se funcionária da Biblioteca, em 1987, o Serviço de Processamento Técnico era descentralizado. Desse modo, o desafio atual é trabalhar a harmonização dos três acervos. “Por exemplo, um livro que recebia uma determinada classificação na Biblioteca de Letras, recebia

outra na de História e Geografia, porque os critérios e a leitura eram diferentes”, explica.

Assim como seus colegas dos outros serviços, Maria Célia também considera que no seu setor o número de funcionários (5) não é proporcional à quantidade de trabalho. “Temos hoje cerca de 7 mil itens para analisar, sem contar o FAP-Livros, que receberemos ao longo desse ano”, afirma. Como o acesso aos materiais por parte dos usuários só é possível depois que Maria Célia e sua equipe finalizam suas tarefas, algumas iniciativas foram tomadas pelo SIBi, no sentido de agilizar a disponibilidade das informações sobre os acervos das bibliotecas. Um exemplo é o convênio com a OCLC – *Online Computer Library Center*, para o sistema de catalogação cooperativa.

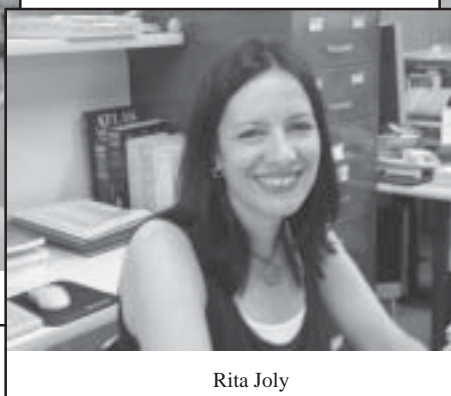
Para ela, o ponto forte da Biblioteca Florestan Fernandes é o respeito ao usuário. “Nossa Biblioteca é totalmente voltada para ele. Tudo que fazemos aqui dentro é sempre pensando naqueles que precisam dos nossos serviços”, explica. Por isso, segundo ela, é importante a definição de prioridades. “Procuramos trabalhar primeiramente a coleção didática, isto é, a bibliografia indicada pelos docentes, e também a produção científica”, diz. “Devemos ser ágeis para atender ao usuário o mais depressa possível. Enquanto não finalizarmos o nosso trabalho, ele não terá acesso ao que precisa”, conclui.

Funcionários

- Maria Célia Amaral – chefe do Serviço
- Mara Beatriz França Guimarães
- Maria Elizabete de Carvalho Ota
- Marineide Vargas
- Rita Joly



Maria Célia Amaral – chefe do Serviço



Rita Joly



Mara Beatriz França Guimarães

SERVIÇO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

As três funcionárias do Serviço de Produção Científica são responsáveis por fazer a coleta da produção científica dos docentes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Segundo Eliana Mara Martins Ramalho, chefe do Serviço, essa atividade envolve a leitura diária de jornais e periódicos recebidos pela Biblioteca, além da pesquisa em portais da Internet em busca de artigos, depoimentos e entrevistas dos docentes da unidade.

Assim que esses materiais chegam à Biblioteca, antes mesmo de serem disponibilizados aos usuários, são encaminhados para esse Serviço. Eliana e sua equipe fazem a leitura e, ao encontrarem algum tipo de produção docente, tiram duas cópias da mesma e liberam o material. A seguir, é feita a catalogação e a disponibilização dos dados no Dedalus (Banco de Dados Bibliográfico da USP). Uma cópia, então, é arquivada na pasta de memória do docente, onde se encontra toda sua produção científica. A outra cópia é encaminhada para uma pasta na Sala de Materiais Especiais e fica à disposição dos usuários para a consulta.

As funcionárias também realizam essa coleta em livros. Nesse caso, no entanto, como não pode ser feita a cópia, elas catalogam o material no Dedalus e já o disponibilizam para os usuários.

Esse processo de memória está passando por mudanças. “Como o arquivo vinha crescendo muito e o nosso espaço físico é limitado, resolvemos implantar a digitalização”, explica. Desse modo, textos de sites, periódicos eletrônicos e jornais que são disponibilizados na Internet são digitalizados e gra-

vados em um CD. Anais de Congressos e de eventos já são encaminhados via digital. “Hoje copiamos apenas aquilo que não pode ser digitalizado. A Associação Editorial Humanitas, por exemplo, passou a nos fornecer os livros e revistas editados por ela no formato digital”, explica Eliana. Essa mudança resolveu temporariamente o problema do espaço físico, uma vez que a produção docente da FFLCH cresce continuamente.

Eliana considera extremamente importante a divulgação e a democratização da produção docente. Assim, a cada ano, entra em contato com os docentes, através dos Departamentos, encaminhando uma lista para cada professor com toda sua produção catalogada na Biblioteca, e solicitando a verificação de possíveis falhas. “Isso mobiliza os docentes, muitos nos procuram querendo saber o que eles precisam fazer para ter sua produção catalogada”, conta Eliana.

Além da coleta da produção, as funcionárias do Serviço também realizam o atendimento às obras raras e especiais. Localizada em uma sala do segundo andar, com condições ideais de temperatura e umidade, essas obras, segundo ela, chegam a 18 mil volumes e incluem clássicos como 1ª edição de Machado de Assis, obras completas de Voltaire, além de uma coleção particular doada pelo professor Antonio Candido. Esse tipo de material não pode ser emprestado, mas pode ser consultado e fotografado pelos usuários.

Funcionárias

- Eliana Mara Martins Ramalho – chefe do Serviço
- Maria dos Santos Neta Vancin
- Marli Ruggeri Vieira Kuchiki



Eliana Mara Martins Ramalho – chefe do Serviço



Maria dos Santos Neta Vancin



Marli Ruggeri Vieira Kuchiki

SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO

O Serviço de Apoio Técnico (SAT) atua em quatro áreas distintas: tecnologia da informação, infraestrutura, conservação do acervo e planejamento.

A área de tecnologia da informação diz respeito aos equipamentos e aos *softwares* que são utilizados pela Biblioteca. “O *software* que utilizamos para o processamento de livros é de responsabilidade do SIBi. Em relação ao restante, como licenças e problemas com equipamentos, somos nós os responsáveis”, afirma Maria Imaculada da Conceição, chefe do Serviço. Também cabe a ela supervisionar a infra-estrutura do prédio, o que envolve o acompanhamento da manutenção, da limpeza, das obras e da zeladoria da Biblioteca. Maria Imaculada ressalta que apesar da zeladoria estar diretamente subordinada aos Serviços Gerais, o zelador e a equipe de limpeza trabalham em conjunto com a Biblioteca.

Uma outra área de atuação desse Serviço é a conservação do acervo. A Biblioteca conta com uma oficina para pequenos reparos, para onde são encaminhados os livros danificados que possuem muito uso. “As consultas e o xerox acabam danificando bastante os livros. No entanto, como o nosso acervo é muito grande e antigo, encaminhamos para a nossa oficina apenas as obras mais usadas”, explica. Ainda segundo ela, a Biblioteca possui uma verba específica para conservação e encadernação de ma-

teriais bibliográficos.

Uma vez por ano, a Biblioteca realiza um planejamento, no qual são definidas as políticas e as estratégias nas quais os funcionários irão atuar durante esse mesmo ano. Cabe ao SAT acompanhar esse planejamento.

Além dessas atividades referentes ao Apoio Técnico, Maria Imaculada acompanha, juntamente com Marisa, o Sistema de Gestão pela Qualidade.

Para ela, a Biblioteca Florestan Fernandes possui diversos pontos fortes. Os principais são o acervo e os funcionários. Outro, em sua opinião, é a qualidade dos equipamentos de informática, que são fornecidos pelo SIBi. “Nossa Biblioteca acompanha muito bem as novas tecnologias, sempre temos equipamentos de ponta para oferecer aos nossos usuários o melhor acesso às bases de dados”, diz. Maria Imaculada também ressalta a preocupação do SIBi em capacitar os funcionários. “A capacitação das equipes é muito forte aqui dentro, o SIBi sempre oferece cursos para todos os níveis, tanto para quem é bibliotecário quanto para quem é técnico ou básico”, finaliza.

Funcionários

- Maria Imaculada da Conceição – chefe do Serviço
- Alice Vergílio
- Maria Aparecida de Souza Reis
- Maria Lúcia Alves de Lima



Maria Imaculada da Conceição – chefe do Serviço



Alice Vergílio

DOUTORADO

O CHOQUE DOS MUNDOS OU UMA LEITURA MATERIALISTA DA PEÇA *AND THINGS THAT GO BUMP IN THE NIGHT*, DE TERRENCE MCNALLY

ROBERTO RILLO BISCARO

Departamento: Letras Modernas

Programa: Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês

Orientador: Maria Silvia Betti

Banca: Profs. Drs. Maria Silvia Betti, Maria Elisa Burgos Pereira da Silva Cevasco, Berenice Albuquerque Raulino de Oliveira, Eric Mitchel Sabinson e Marcos Cesar de Paula Soares.

RESUMO

Este trabalho é um estudo da peça *And Things that Go Bump in the Night*, escrita pelo norte-americano Terrence McNally na primeira metade da década de sessenta. À luz do materialismo cultural, estabeleço as relações entre a forma e o tema da obra com as

condições de possibilidade históricas existentes na época de sua escrita. A conclusão geral a que chega este trabalho é a de que o choque de coisas aludido no título é o choque entre um estágio do modo de produção capitalista que chegava ao fim e outro que se iniciava então. Em nível mais específico, demonstro que na peça de McNally já podemos detectar os rumos que os movimentos sociais tomaram – mormente o Movimento Gay – a partir da década de sessenta, como consequência da própria necessidade de expansão do capital.

PALAVRAS-CHAVE: dramaturgia norte-americana contemporânea, Terrence McNally, Movimento Gay, Anos sessenta, Crítica Literária Materialista.

MESTRADOS

AS PASSIVAS NA PRODUÇÃO ESCRITA DE BRASILEIROS APRENDIZES DE ESPANHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

BENIVALDO JOSÉ DE ARAÚJO JÚNIOR

Departamento: Letras Modernas

Programa: Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana

Orientador: Profa. Dra. Neide Therezinha Maia Gonzalez

Banca: Profs. Drs. Adrián Pablo Fanjul (FFLCH); Cláudia Cecília Blaszkowski de Jacobi (s/v)

RESUMO:

As construções passivas no Português Brasileiro e no Espanhol apresentam tanto tendências comuns, quanto assimetrias. Este trabalho tem o propósito de investigar os efeitos desse fenômeno na aquisição/aprendizagem de Espanhol por estudantes bra-

sileiros. Inicialmente, propõe-se uma descrição das construções passivas nas duas línguas. Em seguida, faz-se uma análise contrastiva dessas construções no Português Brasileiro e no Espanhol.

Finalmente, investiga-se o comportamento das construções passivas (sobretudo as perifrásticas e as lexicais) na produção escrita de brasileiros aprendizes de Espanhol língua estrangeira. Os resultados

obtidos na análise dos corpora sugerem algumas hipóteses sobre os fatores que possivelmente influenciam a preferência dos aprendizes por determinadas construções em detrimento de outras.

PALAVRAS-CHAVE: construções passivas, análise contrastiva, lingüística de corpus, papéis temáticos, funções pragmáticas

AS *ULTIME LETTERE DI JACOPO ORTIS*, DE UGO FOSCOLO - ANÁLISE ACOMPANHADA DE TRADUÇÃO COMENTADA E ANOTADA

MARIA TEREZA BUONAFINA

Departamento: Letras Modernas

Programa: Língua e Literatura Italiana

Orientador: Profa. Dra. Roberta Barni

Banca: Profs. Drs. Maria Glória Cusumano Mazzi (UNESP); Lucia Wataghin (FFLCH)

RESUMO

Ugo Foscolo (1778-1827), poeta neoclássico italiano, é considerado uma figura de relevo na Literatura Italiana e universal. Apesar disso, é muito pouco conhecido dos leitores de língua portuguesa. Foi precursor da prosa moderna italiana com um romance epistolar de caráter pré-romântico, *Ultime lettere di Jacopo Ortis*, nunca traduzido para o português. O intuito desta dissertação é apresentar o autor ao público brasileiro, por meio desse romance. O trabalho conta com uma análise da obra, acompanhada de uma seleção de cartas traduzidas, comentadas e anotadas, levando em conta os aspectos históricos, literários, estilísticos e temáticos. No capítulo 1, tratamos da vida e obra do autor; em seguida, das *Ultime lettere*: seu con-

teúdo e crítica; no capítulo 2, das características do romance epistolar, do seu aspecto formal, dos temas que aparecem no romance, das obras e autores que o influenciaram, e que nele são mencionados; no capítulo 3, do trabalho e das idéias de Foscolo a respeito de tradução; dos critérios adotados nesta dissertação para a escolha e tradução das cartas que se encontram no final do volume. O critério para a tradução das cartas levou em conta idéias sugeridas pelo próprio Foscolo e discutidas no capítulo 3; recorreu-se também a várias edições da obra em italiano, a traduções para o inglês e espanhol, a dicionários especializados e à leitura de autores brasileiros e portugueses contemporâneos de Foscolo, com o objetivo de se produzir um texto que refletisse a linguagem da época. A tradução vem acompanhada de notas que visam esclarecer ao leitor alusões históricas e literárias e problemas textuais do romance.

PALAVRAS-CHAVE: Ugo Foscolo; Literatura Italiana; teoria do romance; teoria da tradução; pré-romantismo.

PRODUÇÃO DA FACULDADE

REVISTA DE ITALIANÍSTICA



A Revista de Italianística é dedicada a pesquisas lingüísticas e de ensino de línguas. O número XII revela vários trabalhos de pesquisa realizados na Itália. Isso demonstra o interesse que se tem na Península pelo Brasil. Dentre eles, dois falam sobre o italiano falado pelos imigrantes e foram realizados por pesquisadores brasileiros em universidades italianas. Os outros foram desenvolvidos por professores e pesquisadores da própria Itália e abordam questões relacionadas ao ensino da língua. As duas resenhas apresentadas ao final do volume tratam de temas desenvolvidos em pesquisas do Programa de Língua e Literatura Italiana no Brasil da USP. Ambas ressaltam os problemas lingüísticos ligados à imigração.



O número XIII oferece pesquisas sobre o mesmo assunto, desta vez, porém, desenvolvidas no Brasil. Entre os artigos apresentados, há relatos de professores a respeito de seu interesse e pesquisas no ensino de línguas, estudos sobre a perspectiva da italianística nas universidades brasileiras, as transformações do italiano em São Paulo, a equivalência terminológica entre português e italiano, entre outros temas. Este número apresenta trabalhos que são frutos da colaboração dos orientandos do Programa de Língua e Literatura Italiana no Brasil da USP.

VIOLÊNCIA NA SOLIDARIEDADE UM ESTUDO SOBRE HOMICÍDIOS EM BAIROS DA PERIFERIA DA CAPITAL PAULISTA Maria Inês Caetano Ferreira

Por que a violência aflige principalmente os moradores de bairros pobres da periferia? Essa foi a pergunta que estimulou a pesquisa de dezenas de processos de homicídios dolosos ocorridos na periferia da zona sul de São Paulo. Entre respostas, uma se destaca: a maior de todas as formas de violência é a integração social precária dessa população. O estudo das “histórias de morte” possibilita desvendar os vínculos entre o que poderiam ser as particularidades de uma região e as estruturas mais amplas da sociedade brasileira. A realidade social registrada nos autos expõe as frágeis bases materiais e legais sobre as quais se assentam as vidas dos sujeitos e que os tornam, mais do que vítimas ou réus, reféns das tragédias de um viver aleatório, em que o destino e o exercício do arbítrio parece escapar-lhes pelos vãos dos dedos.

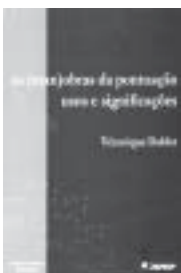


Associação Editorial
Humanitas

www.flch.usp.br/humanitas

AS(MAN)OBRAS DA PONTUAÇÃO USOS E SIGNIFICAÇÕES

Véronique Dahlet



Associação Editorial
Humanitas

www.flch.usp.br/humanitas

“Este estudo pretende ser um livro de formação. Não se trata de um compêndio de regras, e sim uma tentativa de trazer à tona os processos que levam a escolher determinados sinais de pontuação.

Em muitos casos, existe mais que uma só possibilidade de pontuar. De fato, pouquíssimos sinais de pontuação ficam regidos pela norma. Isso se deve ao fato de que, em muitos casos, escolhemos a maneira de pontuar em função da intenção de comunicação ou da interação estabelecida entre quem escreve e quem lê.

Isso significa que as maneiras de pontuar provêm essencialmente do próprio ato de comunicação, com suas estruturas sintáticas, seus relevos e efeitos de sentido, suas condições de enunciação, seu tipo de relação contratual, enfim, que liga o destinador e o destinatário. (...)”

O PROCESSO PARTIDÁRIO-ELEITORAL BRASILEIRO
PADRÕES DE COMPETIÇÃO POLÍTICA (1982-2002)
MARIA DO SOCORRO SOUSA BRAGA



“Eis um grande trabalho. O livro é o resultado de uma pesquisa meticulosa e rigorosa. Pouco ou nada dói deixado de fora do escrutínio de Maria do Socorro Sousa Braga. Em geral, quando se discute o sistema partidário brasileiro, apenas uma de suas muitas facetas é enfatizada. Maria do Socorro, todavia, optou por integrar todas essas facetas em uma única análise. O resultado é um trabalho inovador e original. O leitor sentirá em cada argumento desenvolvido o comprometimento da autora com seu tema e com as hipóteses que sustenta. Maria do Socorro evitou trilhar o caminho do óbvio e do fácil, optando pela difícil tarefa de contestar o senso comum e o conhecimento estabelecido. Por isso mesmo, o leitor tem diante de si um livro para ser lido com atenção e, sobretudo, com disposição e abertura necessárias para aceitar ver bem mais do que aparências.

Nada mais oportuno do que a publicação desta pesquisa, originalmente uma tese de doutorado defendida no Departamento de Ciência Política da USP. Oportuno porque a tese defendida se trata de uma tese que de fato tem uma tese a defender, algo raro nos dias que correm, e ousa desafiar o que se tem como acertado, líquido e certo, a saber, que o sistema partidário brasileiro viveria em crise permanente. São constantes os apelos à necessidade de reformar a legislação eleitoral e partidária brasileira. O trabalho nos mostra quão infundados são esses diagnósticos. (...)”

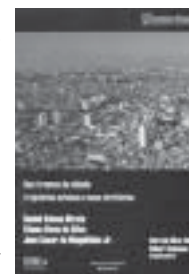
Fernando Limongi

Associação Editorial Humanitas

www.fflch.usp.br/humanitas

NAS TRAMAS DA CIDADE
TRAJETÓRIAS URBANAS E SEUS TERRITÓRIOS
ORGANIZADORES: DANIEL VELOSO HIRATA, ELIANA ALVES DA SILVA, JOSÉ CÉSAR DE MAGALHÃES JR.,
VERA DA SILVA TELLES E ROBERT CABANES

... “na contraposição entre histórias e percursos diversos, são as modulações da cidade que vão se perfilando nas suas diferentes configurações de tempo-espaço. É isso que pode oferecer-nos uma chave para apreender as dinâmicas urbanas que definem as condições de acesso à cidade, as modalidades de apropriação dos espaços e seus recursos, as possibilidades (e bloqueios) para que os indivíduos transformem bens e recursos em formas valiosas de vida... É justamente nas tramas da cidade que se aloja complicação atual e que será precioso auscultar. É aí que se processam as exclusões, as fraturas, os bloqueios, e também as capturas na hoje extensa e multifacetada malha de ilegalidades que perpassam a cidade inteira e que operam, também elas, como outras tantas formas de junção e conjugação da trama social. Aí também os elos perdidos da política, tragados que foram pelo princípio gestor que trata da “pontas”, da dita governança econômica e, de outro lado, da gestão do social e administração de suas urgências. No meio, quer dizer, em tudo o que importa, não existe o vazio que expressões como a de exclusão social podem surgir, mas os fios que tecem as tramas da cidade e nas quais estão em jogo os sentidos da vida e das formas de vida”.



Associação Editorial Humanitas

www.fflch.usp.br/humanitas

INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - nº 33 - fevereiro de 2007



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Serviço de Comunicação Social – AÇÃO

Prédio da Administração – Rua do Lago, 717
Cidade Universitária – CEP 05508-900
Telfax: 3091-4612 – Fone: 3091-4938

